

REVISTA GESTÃO

Biênio
2019/2020



Tribunal de Contas
do Estado da Paraíba

PROGRAMA

DECIDE

*Incentivo à contratação de arquitetos para
projetar obras públicas e casas populares*



CONSELHEIRO PRESIDENTE
Arnóbio Alves Viana

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Antônio Nominando Diniz Filho

CONSELHEIRO CORREGEDOR
André Carlo Torres Pontes

CONS. PRES. DA PRIMEIRA CÂMARA
Antônio Gomes Vieira Filho

CONS. PRES. DA SEGUNDA CÂMARA
Arthur Paredes Cunha Lima

CONSELHEIRO OUVIDOR
Fábio Túlio Filgueiras Nogueira

CONS. COORDENADOR DA ECOSIL
Fernando Rodrigues Catão

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Antônio Cláudio Silva Santos
Renato Sérgio Santiago Melo
Oscar Mamede Santiago Melo

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCE DA PARAÍBA
Manoel Antônio dos Santos Neto (Procurador-Geral)
Isabella Barbosa Marinho Falcão (Subprocuradora Geral da 1ª Câmara)
Marcílio Toscano Franca Filho (Subprocurador Geral da 2ª Câmara)
Elvira Samara Pereira de Oliveira
Sheyla Barreto Braga de Queiroz
Luciano Andrade Farias
Bradson Tibério Luna Camelo

CORPO DIRETIVO

DIRETOR EXECUTIVO GERAL
Umberto Silveira Porto

DIRETOR DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO
Evandro Claudino de Queiroga

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Károly de Tatrai Hiluey Agra

ASSESSOR TÉCNICO CHEFE
Ed Wilson Fernandes de Santana

DIRETOR DO CENTRO CULTURAL ARIANO SUASSUNA
Flávio Sátiro Fernandes Filho

ASSESSORES JURÍDICOS
Eugênio Gonçalves da Nóbrega
José Francisco Valério Neto

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Fábia Maria Carolino de Luna

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO
Francisco José Pordeus de Souza

COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO
Flávio Roberto Gondim Vital

COORDENADORA DE NORMATIZAÇÃO
Naara Gomes Araújo Cavalcanti

APRESENTAÇÃO

A história inscreverá o ano 2020 no capítulo das grandes tragédias da humanidade. Por muito tempo, esta e as próximas gerações estarão lembradas da pandemia que tirou vidas, reduziu, brutalmente, no mundo inteiro, a atividade econômica e adicionou ao padecimento de milhões e milhões de famílias a angústia do desemprego. Os males que neste período infelicitaram o planeta já superaram o saldo de muitas guerras. E, dolorosamente, atravessaram, agora, as fronteiras do Ano Novo sem a vitória final da ciência e dos governos.

À primeira hora, o Tribunal de Contas da Paraíba adotou métodos e meios de proteção dos seus próprios quadros, dos quadros do Ministério Público de Contas aqui instalados e dos advogados e gestores públicos dependentes das nossas decisões e orientações diárias. Foram cuidados que, por extensão, favoreceram, também, as nossas e as famílias dos nossos jurisdicionados.

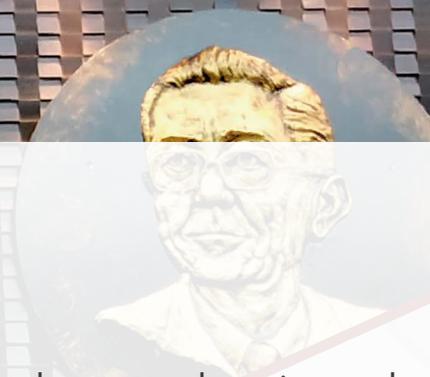
As sessões realizadas por videoconferência, o trabalho remoto dos nossos servidores inscritos nos grupos de risco e de todos os servidores nos momentos mais graves do avanço do vírus foram providências adotadas com pulso firme. Internamente, redobramos os cuidados com a higienização já eficaz dos nossos ambientes, disponibilizamos álcool nos corredores, salas, sanitários e elevadores, reduzimos o fluxo conjunto de funcionários com a implantação de dois expedientes e impusemos a medição da temperatura corporal como condição para o acesso dos mais jovens ao trabalho presencial.

Mas, apesar dos pesares, este foi um biênio de grandes realizações e conquistas. A apresentação das disponibilidades orçamentárias para investimentos, que passou a ser obrigatória na prestação das contas anuais dos prefeitos, contribuiu para o aumento substancial do volume de obras públicas. São escolas, postos médicos ou pavimentos novos que surgem em benefício da sociedade. De resto, a difusão da Taxa de Investimento dos Municípios, assim determinada, favoreceu o respeito maior a cada orçamento.

A partir de 2019, a Paraíba e instituições diversas do País tomaram conhecimento das ações do Programa de Defesa do Estatuto da Cidade (Decide), iniciativa do TCE aclamada em seminários e centros acadêmicos regionais e nacionais. Também, da mola propulsora do Decide, os Consórcios Intermunicipais para o desenvolvimento Urbano (Cimdurb) aprovados por Câmaras Municipais e tocados por prefeitos, em número crescente,

PLENÁRIO

JOÃO AGRIPIANO



porquanto representa o compartilhamento dos custos de projetos urbanísticos e da contratação de profissional da área. Os resultados estão expressos em calçadas livres, em ruas que se desobstruem, em praças que surgem, em casas populares com tratamento arquitetônico e, assim, mais bonitas, arejadas e iluminadas. Estas últimas, sob o amparo da Lei Federal 11.888/08, começam a substituir edificações clandestinas e precárias que enfeiam as cidades, muitas delas inscritas em roteiros turísticos.

A lei que assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social, passados 32 dezembro, adquiriu, agora, o valor de um belíssimo Presente de Natal. Não haveria como nem porque dispensá-lo.

“Preço de Referência” – a ferramenta que auxilia os gestores públicos na pesquisa dos preços de mercado em toda a Paraíba – ocasionou, meses depois do lançamento em abril passado, perto de 5 mil Certificados Eletrônicos de Cotação. Em recente encontro com o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro José Múcio Monteiro, e com o da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, conselheiro Fábio Nogueira, avaliou-se a possibilidade de nacionalização deste projeto.

O momento de extrema dificuldade não impediu o Tribunal de Contas do Estado de somar, ao fim do biênio, 11.336 julgamentos, 643 deles relacionados a prestações de contas anuais.

As páginas seguintes ainda tratam, em meio a outros temas, dos avanços do Sagres, do “Preço da Hora”, do Programa de Auditorias Regionalizadas, das Auditorias Especiais, do Acompanhamento de Gestão, da Gestão de Pessoas, do Planejamento Estratégico e dos feitos da Ouvidoria, da Controladoria, da Escola de Contas e do Centro Cultural Ariano Suassuna. Não menos, da Celeridade Processual e dos acordos de cooperação com instituições diversas, em benefício da Paraíba.

Boa leitura.

*Conselheiro Arnóbio Alves Viana
Presidente do Tribunal de Contas da Paraíba.*

05 *Posse do Presidente*

07 *Programa Decide*

15 *Programa de Auditorias Regionalizadas*

16 *Produtividade*

19 *Auditorias Especiais*

21 *Acompanhamento de Gestão*

25 *Corregedoria*

26 *Gestão de Pessoas*

28 *Ouvidoria*

33 *Ministério Público de Contas*

34 *Covid-19*

38 *Escola de Contas (Ecosil)*

41 *Ferramentas de Controle*

52 *Centro Cultural Ariano Suassuna*

55 *Comunicação Social*

58 *Espaço Cidadania Digital*

60 *Eventos*

70 *Posses*

72 *Visitas Institucionais*

75 *Nova Mesa (Biênio 2021/2022)*

76 *Acordos de Cooperação*

80 *Publicações*

82 *Homenagens Póstumas*

EXPEDIENTE
Produção Editorial Assessoria de Comunicação Social do TCE-PB
Coordenação Editorial Fábila Carolino
Projeto Gráfico e Diagramação Giovanni Santos
Textos Genésio de Sousa / Frutuoso Chaves / Fábila Carolino / Carlos César / Rafael Massoni
Edição Fábila Carolino
Fotos Elias Félix / Rafael Massoni / Acervo TCE-PB
Pesquisa e Apoio Rosilda Matilde
Impressão Gráfica JB



Posse do Presidente

Arnóbio Viana assume a Presidência do TCE

O novo presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Arnóbio Alves Viana, foi empossado dia 25 de janeiro de 2019, em sessão solene, realizada no Auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna, sede do TCE-PB, ao lado dos demais membros da Mesa Diretora, eleitos para o biênio 2019/2020.



Foram eles, os conselheiros Antônio Nominando Diniz (vice-presidente do TCE), Marcos Antônio da Costa (presidente da 1ª Câmara), Arthur Cunha Lima (presidente da 2ª Câmara), Fábio Túlio Nogueira (ouvidor), André Carlo Torres Pontes (corregedor) e Fernando Rodrigues Catão (coordenador da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira).

Na oportunidade, em seu discurso de posse, Arnóbio Viana falou do desejo de promover a evolução dos programas e ações que já fizeram do TCE um organismo indutor da boa administração pública e, ainda, do propósito de envolver as Câmaras Municipais em debates e estudos para o progresso social e econômico do Estado.

Também, de esforços para o envolvimento de prefeitos nas ações e políticas de desenvolvimento urbanístico estabelecido pelo Estatuto das Cidades. Neste sentido, anunciou providências contra a autoconstrução de imóveis sem cálculos estruturais, sem licenciamentos nem ordenamento estético, prática mais vigente no interior e, a seu ver, “tão danosa quanto a automedicação”.

O novo presidente enalteceu a gestão de seu antecessor, destacando os avanços tecnológicos e a implementação do sistema de acompanhamento da gestão em tempo real, que trouxe mais celeridade, conquistas perseguidas pelo TCE no transcurso dos anos. Reiterou que, em sua gestão, perseguirá, sem descanso, formas e meios para aprimorar as ferramentas eletrônicas dispostas ao controle das receitas, despesas e atos públicos, fundamentais para ampliar a transparência e o controle da administração pública.

O auditório Celso Furtado, equipado com quatrocentos lugares no Centro Cultural Ariano Suassuna, sede do Tribunal de Contas do Estado, ficou pequeno para a quantidade de pessoas presentes à posse do conselheiro Arnóbio Alves Viana. Entre as autoridades convidadas, afora, servidores, amigos e familiares, estiveram presentes o governador do Estado, João Azevedo; o prefeito de João Pessoa, Luciano Cartaxo; de Campina Grande, Romero Rodrigues, o presidente da Assembleia Legislativa, Gervásio Maia e o presidente do Tribunal de Justiça, Joás de Brito Pereira.





DECIDE
DEFESA DO ESTATUTO DA CIDADE

Programa Decide

História e ação do Programa de Defesa do Estatuto da Cidade

Drones do Tribunal de Contas da Paraíba têm sobrevoado cidades do litoral e interior em ação da qual resulta a identificação de áreas sujeitas a inundações ou desabamentos, edificações clandestinas e obstruções de ruas e calçadas. Operados por equipe técnica do TCE eles servem ao Programa de Defesa do Estatuto da Cidade (Decide), iniciativa que também envolve Prefeituras e Câmaras Municipais.

Em todos os casos, cada levantamento aerofotogramétrico de perímetros urbanos providenciado pelo Programa Decide é o ponto de partida para a elaboração, ou atualização, do Plano Diretor da Cidade, uma exigência da Lei Federal 10.257/01.

“Já dispúnhamos desses drones e da equipe treinada para operá-los, de modo que não nos custaria socorrer os municípios no atendimento daquilo que a lei requer”, explica o presidente do TCE, conselheiro Arnóbio Viana, de quem a ideia nasceu.

Há muito preocupado com a construção padronizada de casas precárias, inseguras e insalubres em cidades que se desorganizam e se enfeiam, ele se deparou, ao pesquisar o tema, com outra Lei Federal, a 11.888/08. Trata-se, neste caso, do dispositivo que assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social. Em outras palavras, a lei garante a orientação de um arquiteto aos mais pobres e acostumados, geração após geração, com casas mal repartidas, mal iluminadas e sem ventilação, em prejuízo do bem estar e da saúde dos seus ocupantes.

“São casas que, não raramente, também invadem calçadas”, explica o conselheiro Arnóbio Viana. O Programa Decide, assim concebido, ocuparia, já então, bom espaço no discurso por ele feito na solenidade de posse do cargo de presidente do TCE.



Numa das últimas sessões plenárias do biênio, ele resumiu: “O que tratamos de fazer foi incentivar o respeito a duas leis federais. Foi orientar na implantação do Plano Diretor da Cidade. Foi combater edificações clandestinas, inseguras e insalubres. Foi procurar garantir calçadas livres e seguras, sobretudo, para crianças e idosos. Foi pretender evitar que nossas cidades se enfeiem, cada vez mais, até em prejuízo do turismo com suas oportunidades de emprego e renda”.

Casas Projetadas





Repercussão

Com o Decide, o TCE paraibano, há muito inscrito na vanguarda do sistema de controle externo brasileiro, fez-se definitivamente conhecido como organismo indutor do desenvolvimento econômico e social. Poucas de suas iniciativas terão alcançado tanta repercussão quanto esta.

Este programa obteve não apenas adesões sucessivas de prefeitos e vereadores, mas, ainda, os aplausos de instituições diversas, dentro e fora do Estado. Em outubro de 2019, o Decide foi referido pela Coordenação Geral do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil como ação que atende aos esforços de aprimoramento do controle externo dos atos e gastos públicos.

No mesmo outubro, compôs uma das mesas temáticas do III Seminário Internacional de Custos, Governança e Auditoria do Setor Público promovido pela Universidade de Brasília (UnB). A mesa em questão propiciava, na Capital do País, a discussão de projetos em apoio à gestão nas Prefeituras brasileiras. modelar de grande impacto social e um grande exemplo para o País”.

Em razão do Programa Decide, a UNB conferiu, em 21 de outubro passado, ao TCE-PB, o Prêmio Líderes e Expoentes da Governança. Dividida em duas categorias – Gestores de Órgãos de Controle Expoentes da Governança Pública e Gestores Líderes Visionários da Governança Pública Nacional – a premiação teve solenidade realizada, virtualmente, dois dias depois, no transcurso do IV Seminário Internacional de Custos, Governança e Auditoria do Setor Público, iniciativa do Laboratório de Inteligência Pública da mesma Universidade. Na ocasião, o TC paraibano esteve representado pelo secretário executivo de sua Escola de Contas, o advogado Carlos Aquino.



Congresso Internacional

Participantes do I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, evento ocorrido em Foz do Iguaçu, tomaram conhecimento do Decide, também, em novembro do ano passado. Ali, o conselheiro Arnóbio Viana discorreu sobre “Os TCs e o Estatuto da Cidade”, para uma plateia seleta. O programa foi na ocasião tratado como uma experiência inédita de promoção do Plano Diretor da Cidade e de fomento à habitação de interesse social. Revelava-se, então, que apenas 16% das cidades paraibanas dispõem do seu Plano Diretor.



Cimdurb

Lançado em 13 de fevereiro de 2019, este programa estimula a implantação do instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, que é o Plano Diretor da Cidade. É assim que incentiva o combate à obstrução de ruas e calçadas e à edificação indiscriminada de imóveis que, sem orientação técnica, comprometem o uso racional do solo enquanto enfeiam as cidades.

As ações começaram pelo conjunto de municípios situados, quase todos, na área do Brejo paraibano que têm no turismo a mais sentida de suas vocações. Então reunidos na cidade de Areia, 12 prefeitos assinavam o protocolo de intenções com o qual se envolveriam na implantação do primeiro Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Urbano (Cimdurb).



A providência serviu à formação de fundo financeiro necessário ao fornecimento gratuito de projeto de arquitetura, por cada Prefeitura Municipal, nos casos em que as edificações estejam a cargo de famílias de baixa renda. Há mais dois desses Consórcios: o dos municípios do Litoral Norte e o de cidades do Sertão, em fase de andamento. O primeiro encontro reuniu os prefeitos de Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Arara, Bananeiras, Borborema, Casserengue, Matinhas, Pilões, Remígio, Serraria e Solânea.



Em 4 de outubro de 2019, o conselheiro Arnóbio Viana e a equipe do Decide, capitaneada pelo arquiteto e urbanista Expedito de Arruda, concluíam, em Bananeiras, epicentro de uma das rotas mais importantes do turismo regional, as entregas gratuitas dos mapeamentos aerofotogramétricos, primeiro passo no rumo de cada Plano Diretor.



“Esta é uma providência útil a qualquer intervenção urbanística”, considerava, na ocasião, o prefeito municipal Douglas Lucena, repetindo a seu modo manifestações antes expressas, em diferentes datas, pelos demais colegas do Cimdurb, todos com seus mapeamentos já à mão.

As entregas dos levantamentos aerofotogramétricos foram feitas em sessões especiais de cada Câmara Municipal igualmente chamadas ao envolvimento com as metas e propósitos do Decide desde as reuniões prévias, na sede do Tribunal, para a discussão do projeto. Todos dali já saíam inteirados das exigências do Plano Diretor e da necessidade do combate à invasão de ruas, obstrução de calçadas e edificação clandestina de imóveis.

Cada um desses encontros ocorreu com o auxílio de telões para exibição fotográfica de edificações precárias (ameaça para moradores e transeuntes), calçadas invadidas e equipamentos urbanos, a exemplo de lixões e abatedouros anti-higiênicos instalados em locais indevidos, em detrimento da saúde pública. Também, para exibição de modelos de casas populares desenvolvidos pela equipe da qual participam o arquiteto Régis Cavalcanti (contratado do Cimdurb) e estagiários de urbanismo e arquitetura.

“Apesar de bonitas, seguras, bem arejadas e iluminadas, essas casas não custam mais do que as construídas, costumeiramente, nas nossas cidades, sem a orientação nem a vigilância do Poder Público”, fazia ver, em cada caso, Expedito de Arruda.



Casa em Construção



Casa em Construção



Casa Projetada

Calçadas Livres

Um dos pontos fortes do Decide é o atinente à desobstrução e padronização das calçadas, um bem público necessário à segurança e ao ir e vir das pessoas.

Requalificações Urbanas em Remígio

Neste sentido, as Prefeituras foram orientadas a priorizar as ações nos pontos onde as obstruções obriguem a caminhada em leito de rua. É situação que se agrava no caso da locomoção de idosos e crianças.



Requalificações Urbanas em Remígio

Não passaram despercebidas pelo Tribunal providências mais incisivas tomadas a esse respeito pelo prefeito André Alves. Remígio, a cidade por ele administrada, passou a ganhar calçadas modernas e com trilha tátil para facilitar o percurso de deficientes visuais. Ali, também, ruas se arborizam e praças ressurgem, enquanto a Prefeitura impede edificações que desrespeitem qualquer norma de urbanismo.

Na Área do Brejo, onde tudo se iniciou, já houve a construção, ou recuperação, de mais de 30 calçadas. Também, a entrega de 10 projetos de casas populares. As cidades de Solânea, Borborema e Alagoa Nova ganharam projetos de praças amplas e modernas. Em Alagoa Grande, o Decide contribuiu com o projeto do Centro Cultural da Comunidade Caiana dos Crioulos, um dos mais antigos e visitados Quilombos do Nordeste brasileiro.



Centro Quilombola Caiana dos Crioulos



Centro Quilombola Caiana dos Crioulos



Requalificações Urbanas em Remígio



Requalificações Urbanas em Remígio



Praça em Alagoa Nova



Praça em Alagoa Nova



Praça na cidade de Borborema



Praça na cidade de Borborema

Ergue-se a primeira casa concebida pelo Programa Decide

Os 56 metros quadrados de área coberta correspondem ao padrão popular das casas mais simples do interior. Mas há uma diferença gritante em relação à agora edificada sob inspiração do Programa de Defesa do Estatuto da Cidade (Decide), iniciativa do Tribunal de Contas da Paraíba em favor, neste caso, da segurança e do bem estar das famílias de baixa renda.

Logo à primeira vista, ressaltam-se a varanda, as janelas mais amplas e os espaços destinados à iluminação. Não menos, em razão disso, a fachada agradável e harmoniosa. O material foi o mesmo, a mão de obra a mesma e assim também foi o custo de edificação, quando comparado aos das casas pequenas, mal iluminadas e mal ventiladas costumeiramente vistas em ruas centrais e periféricas de sucessivas cidades.

Estas últimas surgem de um modelo equivocadamente repetido no transcurso das décadas por pedreiros autônomos e mal orientados. O que eles têm produzido, ao longo do tempo, são ambientes insalubres. E são casas que por hábito invadem calçadas e enfeiam ruas inscritas, muitas vezes, em roteiros turísticos.

Solânea, na Área do Brejo paraibano, um desses roteiros, já conta com a primeira e exclusiva concepção arquitetônica de uma casa para famílias pobres. Outras se erguem, ainda, em Borborema e Casserengue, cidades próximas. Dos nove projetos já entregues seis estão em obras



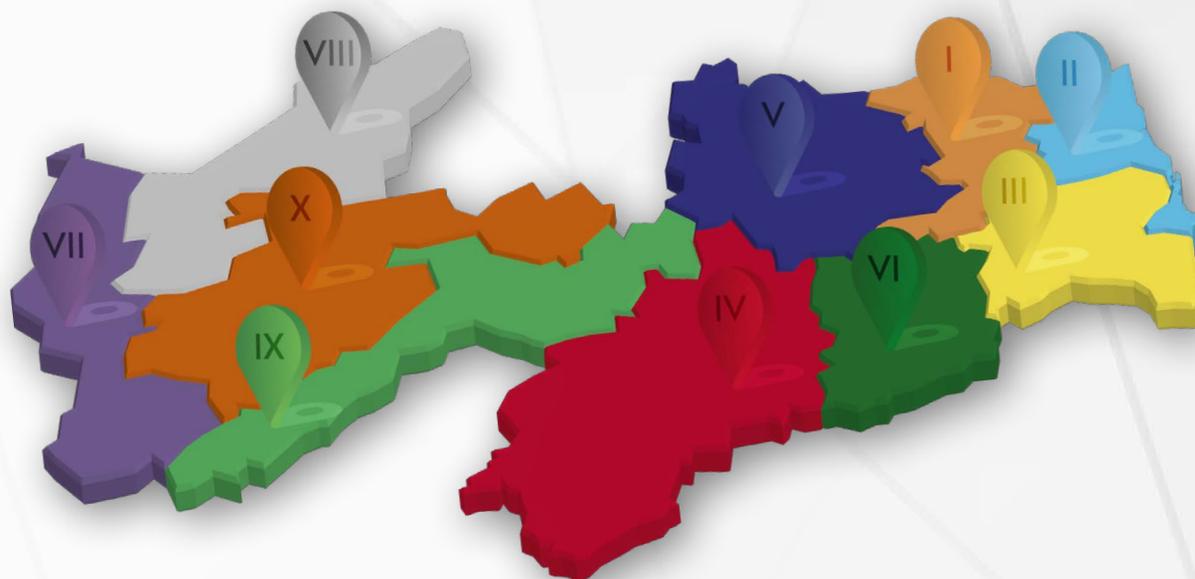
Em todos os casos, o proprietário dispunha do terreno e dos meios para a construção. A diferença é que agora contam com a experiência e atuação de um arquiteto custeado pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Urbano (Cimdurb) integrado por 12 Prefeituras Municipais.

Inspiração, também, do Programa Decide, o Cimdurb se instala, ainda, em municípios do Litoral e Sertão da Paraíba. E o que então se tem, em plano nacional, é uma iniciativa pioneira aclamada em centros acadêmicos e instituições diversas. A casa erguida em Solânea possui dois dormitórios, um banheiro, salas de visita, de jantar e cozinha, em espaço contíguo e aberto

Programa de Auditorias Regionalizadas

Uma das metas da gestão foi a sistematização das auditorias regionalizadas. No início do biênio o presidente Arnóbio Alves Viana anunciou prioridade para o projeto e determinou a divisão da Paraíba em 10 regiões, envolvendo os 223 municípios do Estado. As regiões foram sorteadas para os conselheiros relatores, que ficaram responsáveis pelos agrupamentos de processos referentes a cada municipalidade.

A idéia teve como finalidade facilitar o controle, a fiscalização e o acompanhamento da gestão nas regiões, permitindo assim, que problemas comuns entre os municípios circunvizinhos sejam detectados e analisados conjuntamente. Cada relator com apoio de auditores, faz o exame das contas, observando de imediato, situações que podem afetar a região sob seus cuidados.



Essa realidade permite, durante o acompanhamento da gestão, ações mais rápidas e racionais. O trabalho do Tribunal ganha mais agilidade, beneficiado também pelos painéis eletrônicos criados pelo TCE para identificar questões referentes à evolução das despesas, quadro de pessoal, obras públicas, preços de combustíveis e transparência.

Eles reforçam os processos com informações minuciosas, região por região, sobre dados populacionais, a exemplo dos painéis de saúde, que apresentam despesas com medicamentos, número de hospitais, postos, equipamentos, e muitos outros. Os dados estão regionalmente disponibilizados e beneficiam a sociedade sempre que for necessário, conforme tem observado o conselheiro Arnóbio Viana.

As informações são provenientes do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (Sagres), ferramenta de captura desenvolvida e aperfeiçoada desde 2012 por técnicos do próprio TCE) e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS).

Pleno aprecia mais de 500 contas de prefeituras municipais no biênio

Apesar do momento excepcional vivido no exercício de 2020, com a pandemia da Covid-19, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado manteve suas atividades pela via remota e chega ao final do exercício apresentando resultados significativos, a conferir pelo número de processos de prefeituras municipais. No biênio foram julgadas 501 prestações de contas, segundo os dados levantados pela presidência do TCE.

O presidente da Corte, conselheiro Arnóbio Alves Viana, avaliou os resultados e disse que o Tribunal de Contas, apesar das dificuldades e dos problemas que enfrentou durante o exercício de 2020 - decorrentes da pandemia do Coronavírus, chega ao final do exercício com o sentimento do dever cumprido. Ele enalteceu o esforço de seus pares e de todo o quadro técnico do TCE, que não mediram esforços para superar os desafios, em meio à pandemia, com a realização de trabalhos *home office* e sessões remotas.

A atual gestão fechou o biênio 2019/2020 com uma movimentação que atingiu os 11.336 julgamentos, entre os quais, 643 foram de prestações de contas, feito amplamente satisfatório, face às dificuldades advindas do período de pandemia, que prejudicou as atividades durante todo o exercício de 2020, inclusive com a adoção de medidas restritivas e obrigatórias para o controle sanitário.

Neste ano foram apreciadas pelo Tribunal Pleno, por meio de sessões remotas, 207 processos de contas dos municípios nas 41 sessões realizadas, mantendo-se o cronograma de eficiência e celeridade nos julgamentos semanais. Em 2019, nas 48 sessões do Pleno, esse número atingiu as 294 prestações de contas julgadas, fechando assim um saldo positivo em termos de produtividade no biênio, tendo em vista que a cada exercício ingressam no TCE as contas dos 223 municípios do Estado.



Câmaras do TCE superam metas e julgam mais de 10 mil processos durante o biênio 2019/2020

A Primeira e a Segunda Câmaras do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba julgaram mais de 10 mil processos durante o biênio 2019/2020. Os dados refletem que mesmo durante a pandemia do novo coronavírus, com a interrupção das atividades presenciais na Corte de Contas e a instituição do trabalho remoto, em março deste ano, as Câmaras mantiveram o julgamento dos processos por meio de sessão virtual regulamentada pelo TCE-PB. Foi seguida a mesma dinâmica das sessões presenciais, com participação assegurada ao jurisdicionado responsável, advogados e contadores a possibilidade de realização de sustentação oral nas sessões ordinárias remotas.



As sessões por videoconferência foram providenciadas pelo TCE-PB em razão da necessidade de distanciamento social, recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por conta da pandemia ocasionada pela Covid-19.

| | |
|-------|--|
| 467 | <i>Prestações de contas de Câmaras Municipais</i> |
| 105 | <i>Prestações de contas de Secretarias Municipais</i> |
| 115 | <i>Prestações de contas de Órgãos da Adm. Indireta Municipal</i> |
| 35 | <i>Inspeções de Obras Públicas</i> |
| 695 | <i>Licitações e Contratos</i> |
| 89 | <i>Inspeções Especiais</i> |
| 492 | <i>Denúncias e Representações</i> |
| 7.359 | <i>Atos de Pessoal</i> |
| 93 | <i>Concursos</i> |
| 190 | <i>Recursos</i> |
| 347 | <i>Verificações Cumprimento de Decisões</i> |
| 67 | <i>Processos Diversos</i> |

Celeridade

Relatórios Prévios antecipam análise das contas

O Tribunal de Contas do Estado iniciou o exercício de 2020 disponibilizando 366 relatórios prévios de auditoria, referentes às contas de Prefeituras e Câmaras Municipais, relativas ao exercício de 2019, resultado do Processo de Acompanhamento da Gestão, que permitiu a análise das contas públicas em tempo real. Até o final do mês de janeiro todos os gestores foram notificados para defesa prévia, a ser apresentada, conjuntamente com as prestações de contas do exercício, até 31 de março.

O Relatório Prévio de Prestação de Contas é a conclusão do trabalho de acompanhamento da Gestão. Tem como finalidade oportunizar ao gestor a apresentação de defesa prévia em relação às inconformidades ou irregularidades detectadas durante o exercício. “Os gestores devem prestar contas do exercício já conhecendo os respectivos relatórios de gestão finalizados”, podendo fazer as correções necessárias, quando da apresentação das contas, conforme explicou o presidente do TCE, conselheiro Arnóbio Alves Viana.

O diretor de Auditoria e Fiscalização (Diafi), Francisco Lins Barreto, enfatizou, na oportunidade, que todos os gestores municipais e dirigentes do Governo do Estado são notificados para a defesa ao final de cada exercício, que deverá ocorrer em prazo razoável e suficiente para conhecimento e regularização das falhas. Assim o gestor só será intimado para apresentação de defesa se após o recebimento da PCA, forem detectadas novas irregularidades que não haviam sido constatadas no Relatório Prévio, conforme estabelece a Resolução TC nº 01/2017, que regulamenta o Processo de Acompanhamento da Gestão”.

O Auditor Luzemar Martins, assessor técnico da Presidência do TCE, reforçou que o gestor deverá esclarecer na apresentação da respectiva PCA, a título de defesa, todas as irregularidades consideradas como remanescentes no Relatório Prévio, conforme previsto no artigo 10 da Resolução 01/2007. “As irregularidades apontadas pela Auditoria devem ser sanadas com o envio da prestação de contas”, reiterou ele.



Auditoria Operacional na Educação

Levantamento do TCE ajudará a aferir desempenho dos gestores

Na Paraíba, informações levantadas pelo Tribunal de Contas do Estado, durante o biênio 2019/2020, sobre a realidade da educação pública estadual e municipal, vão contribuir para aferição do desempenho das administrações no desenvolvimento do ensino. Além de permitir à Corte formular novos alertas e recomendações de aprimoramento aos gestores.

Os levantamentos, feitos por meio de Auditoria Operacional na Educação, alinham-se às diretrizes definidas em novembro de 2020 na Carta do VII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas para atuação do controle externo brasileiro a partir de 2021. E são resultado do monitoramento das atividades do Ensino Médio e do acompanhamento dos Planos de Educação e das condições das escolas de Ensino Fundamental, em ambas as redes.



Projeto Integrar

Tribunais de Contas e OCDE passam a atuar juntos em plano nacional de fiscalização da educação

O Tribunal de Contas da União e as demais Cortes de Contas do país, incluindo o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba se uniram à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para fiscalizar, juntos, por meio de um plano nacional, as ações dos governos na educação pública. Para isto, lançaram em 26/11/2020 o “Projeto Integrar”, a ser implementado em todos os Tribunais de Contas brasileiros.

Fruto da parceria entre o TCU e a OCDE, o projeto lançado em plataforma virtual, devido às restrições da pandemia da Covid-19, prevê o desenvolvimento de estratégias integradas para seleção de auditorias com base em risco na área da educação. O Instituto Rui Barbosa (IRB) atua como articulador e facilitador entre o TCU, os Tribunais de Contas dos Estados, do DF e dos Municípios (TCs).

Planos de Educação

Acompanhamento examina universalização do ensino, melhoria da aprendizagem e valorização do magistério

No planejamento das redes de ensino, o Grupo de Auditoria Operacional examinou oito metas selecionadas do Plano Nacional de Educação (PNE (Lei Federal nº 13.005/2014).

Foram analisadas ações relativas à universalização da educação infantil (pré-escolar e creche), da educação fundamental de 9 anos e do ensino médio, incluindo alfabetização de crianças até o 3º ano do ensino fundamental.

A análise verificou ainda a existência de PCCR - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - e predominância de efetivos, fomento à qualidade da educação, melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, gestão democrática e valorização dos profissionais do magistério.



As conclusões são base para emissão de alertas aos gestores, e subsidiam a revisão dos Indicadores de Desempenho de Gasto Público da Paraíba - IDGPB- Educação - e os trabalhos da Comissão de Coleta de Dados de Obras Paralisadas (no caso, unidades escolares e creches).

Projeto do IRB seleciona Pombal como destaque regional por boas práticas de gestão escolar

No Estado da Paraíba nenhuma rede municipal foi enquadrada nas categorias Redes de Excelência e Bom Percurso, do projeto “A Educação que faz a diferença”. Foi selecionada pelo Comitê de Educação do IRB juntamente com o Instituto lede apenas a rede do município de Pombal como Destaque Regional.

A pesquisa de campo mostrou a educação de Pombal como bem focada na aprendizagem dos seus alunos, tendo o IDEB como o principal parâmetro para o incentivo à melhoria contínua dessa aprendizagem. E que buscou, também, garantir um nivelamento mínimo do aprendizado por meio da elaboração de avaliações padronizadas para toda a rede e de oferta de reforço escolar.

Acompanhamento de Gestão

Quase 5 mil alertas emitidos durante o biênio por meio do Acompanhamento da Gestão

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) esteve atento no biênio 2019/2020 a todos os atos de gestão de seus jurisdicionados, em tempo real, por meio dos processos de Acompanhamento da Gestão.

Estes processos abrangeram Prefeituras, Governo do Estado, Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa, Secretarias de Estado, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral, Defensoria Pública, Institutos de Previdência, além de Consórcios Intermunicipais e a própria gestão do Tribunal de Contas.

O Acompanhamento da Gestão vem sendo realizado, no formato atual, pelo TCE-PB desde o início de 2017, e vem sendo aprimorado a cada ano com a evolução das ferramentas de Tecnologia de Informação e com a criação de novos mecanismos de controle pela equipe técnica do Tribunal, em parceria com Universidades do Estado.

934 | PROCESSOS DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO

| | |
|------|-----|
| 2019 | 474 |
| 2020 | 460 |

4.885 | ALERTAS EMITIDOS

| | |
|------|-------|
| 2019 | 2.461 |
| 2020 | 2.424 |

Em 2019, foram instituídos 474 processos de Acompanhamento da Gestão. Em 2020, esse número foi de 460. Essa ação garantiu presença constante e efetiva do TCE nos órgãos jurisdicionados com o intuito principal de prevenir erros que pudessem trazer prejuízos ao erário e a população. E também teve o papel de orientação e esclarecimento, junto aos gestores públicos, sobre as melhores práticas de gestão.

ALERTAS - Uma ferramenta importante dos processos de Acompanhamento é o Alerta, que tem a função de demandar do gestor uma resposta ou ação a um indício de inconformidade antes que o prejuízo se consolide. Em 2019 os gestores públicos foram alertados 2.461 vezes pelo TCE-PB. Em 2020, o número de alertas foi de 2.424.

MMD-TC

Reconhecimento



O TCE da Paraíba foi certificado pela Comissão de Garantia de Qualidade da associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon) nas duas edições realizadas, em 2017 e 2019, pelo Programa Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC).

A Declaração de Garantia de Qualidade, entregue ao final do processo de autoavaliação realizado pelos Tribunais, é um documento que atesta a aderência do Tribunal de Contas da Paraíba ao Manual de Procedimentos, compromisso ratificado perante a Atricon.



PROGRAMA QUALIDADE E AGILIDADE
DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

A equipe analisou procedimentos e programas, e conhecendo ferramentas tecnológicas para, ao final, atestar o quanto a Corte aproxima-se do cumprimento de 499 critérios de qualidade, aplicados em todos os estados.

O presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, conselheiro Francisco de Souza Leão, em nome da Comissão de Garantia de Qualidade do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), entregou a declaração ao presidente do TCE-PB, conselheiro Arnóbio Viana, no gabinete da Presidência.

Do ato da entrega participaram, também, a conselheira-substituta do TCE do Acre Maria de Jesus Carvalho de Souza e as auditoras de controle externo Ivonete Dionízio de Lima (TCE-BA) e Priscila Kelly Fernandes (TCM-GO), igualmente integrantes da comissão responsável pela avaliação da Corte paraibana. Já a comissão interna do MMD/TCE-PB é composta pelos auditores de contas públicas Francisco Pordeus de Souza e Humberto Gurgel.



Efetividade das Gestões Municipais



Pelo quarto ano consecutivo, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba avaliou, em 2019, as informações quanto às políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos gestores dos 223 municípios paraibanos, com foco em sete indicadores: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. Para isso, promoveu o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM/TCE-PB). O levantamento ocorre desde 2016 e segue as diretrizes estabelecidas no âmbito da Rede Nacional de Indicadores Públicos, coordenada pelo IRB.

Indicadores de Efetividade

- EDUCAÇÃO
- SAÚDE
- PLANEJAMENTO
- GESTÃO FISCAL
- MEIO AMBIENTE
- CIDADES PROTEGIDAS
- GOVERNANÇA

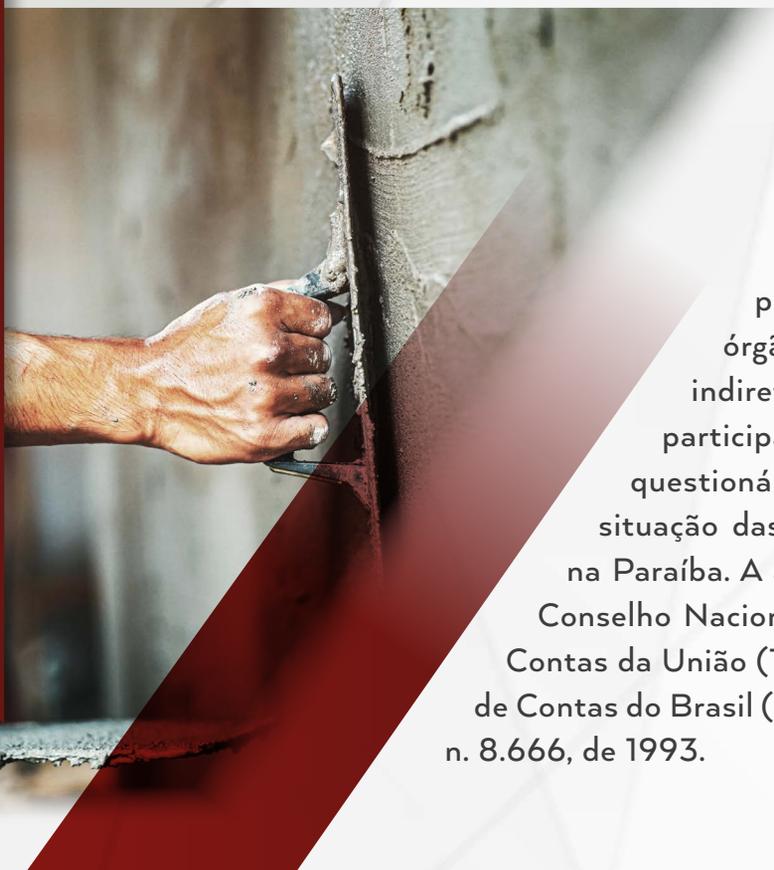
Os resultados destinam-se ao aprimoramento dos trabalhos de controle externo, são fontes de consulta permanente para o exercício do controle social e um relevante instrumento de orientação e aprimoramento para os gestores municipais.

A adesão dos municípios ao IEGM é obrigatória, segundo a Instrução Normativa N. TC nº 04/2016.

O IEGM apura a qualidade dos gastos públicos e dos investimentos realizados, a efetividade das políticas públicas e faz a mensuração dos serviços prestados ao cidadão.



Obras paralisadas na Paraíba



O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) integra uma ação nacional que busca soluções para levantamento para retomada das obras paralisadas no País. Todos os órgãos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios participaram do preenchimento do questionário com o levantamento da situação das obras suspensas e paralisadas na Paraíba. A ação nacional é coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Contas da União (TCU) e Associação dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com fundamento na Lei n. 8.666, de 1993.

Foram coletadas diversas informações, a exemplo dos gastos já efetuados, repasses de convênios e motivos que levaram a paralisação.

O acordo dos Tribunais de Contas não se limita a identificar os empreendimentos; eles se propõem, também, a investigar os motivos que causaram as paralisações, o valor real já empregado e, mais importante, indicar as providências para sanar possíveis irregularidades. Além do alto risco de desperdício dos recursos públicos, a paralisação das obras envolve danos sociais, políticos e econômicos.



Corregedoria Geral

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado tem, entre suas atribuições, acompanhar, no âmbito interno o fluxo processual, prazos processuais e o envio dos acórdãos e das decisões emanadas pelos órgãos deliberativos para cobrança dos gestores públicos estaduais e municipais, e demais responsáveis, o cumprimento das decisões, inclusive no controle das respectivas manifestações ao Tribunal sobre as providências adotadas. No biênio esteve à frente da Corregedoria o conselheiro André Carlo Torres Pontes.

Corregedoria Geral encaminha acórdãos ao MP e à PGE para cobrança executiva

No biênio 2019/2020, a Corregedoria Geral do TCE movimentou 1.750 processos e realizou 113 verificações de cumprimento de decisão. Encaminhou à Procuradoria Geral do Estado para a devida cobrança executiva 843 acórdãos, emitidos pelos órgãos colegiados, relativos às gestões do Estado e dos municípios, totalizando a quantia de R\$ 14.095.983,12.

1.750 | PROCESSOS **843** | ACÓRDÃOS

Ao Ministério Público Estadual foram encaminhados 134 acórdãos para cobrança judicial, decorrentes de decisões e julgados, com os respectivos processos, em valores que somados chegam ao montante de R\$ 24.660.300,78.

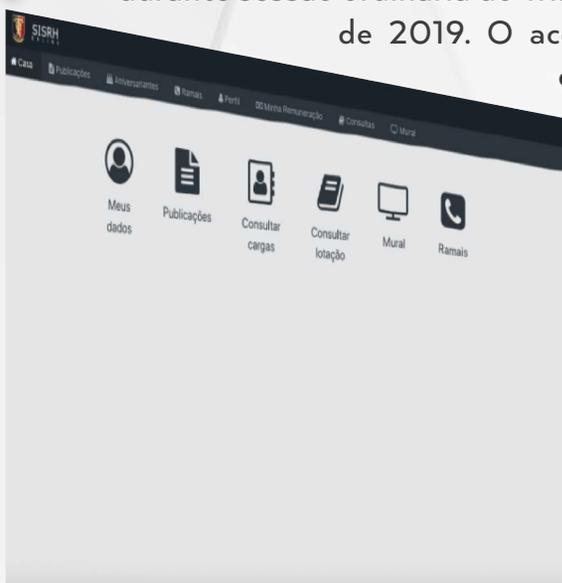
No resumo de atividades da Corregedoria no biênio consta ainda remessa de pareceres contrários do TCE-PB ao Ministério Público, visando a possibilidade de Ação Penal. Em 2019 foram enviados 47 pareceres com a indicação do mesmo número de responsáveis. Em 2020 o Órgão encaminhou 33 pareceres, totalizando 80 decisões.

R\$24.660.300,78 | SOMA DOS ACÓRDÃOS
ENCAMINHADOS AO MPE

Tribunal moderniza sua relação com os servidores aumentando transparência nas informações

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba avançou na valorização de seus servidores durante o biênio com ações efetivas em prol da melhoria dos espaços de trabalho e da modernização das relações entre a Corte de Contas e seus colaboradores. Medidas que refletem diretamente na produtividade e transparência.

Novo Sistema de Recursos Humanos - O novo SISRH passou a compilar em um só local todas as informações da vida funcional dos servidores, com fácil acesso, interface intuitiva e total transparência. Desenvolvido pela Assessoria Técnica (ASTE) do TCE, foi lançado pelo presidente conselheiro Arnóbio Alves Viana durante sessão ordinária do Tribunal do Pleno, realizada no dia 25 de setembro de 2019. O acesso de todos os servidores à plataforma foi disponibilizado no dia 30 daquele mês.



Entre as principais funcionalidades do SISRH estão a possibilidade de visualização pelo próprio servidor de todos os seus dados funcionais, afastamentos, progressões, portarias, saldo de férias e folgas, remuneração, tempo de serviço, bem como de toda a documentação da pasta de assentamento funcional física, agora digitalizada; possibilidade de edição de dados pessoais como endereço, telefone, dependentes e cursos realizados; lista

de aniversariantes; acesso a remuneração dos últimos 5 anos; consultas a cargos e lotações do tribunal; mural com principais legislações e informações de interesse geral; lista de ramais telefônicos; e pesquisa das publicações do diário eletrônico.

O Departamento de Recursos Humanos (DERH) também ganhou agilidade com ferramentas de gestão do novo sistema, que automatizou a visualização e edição de quadros de pessoal e suas alterações, previsão de movimentação funcional por tempo, anotações diversas nas fichas funcionais dos servidores, listagem de processos e documentos cujo servidor consta como interessado, consultas de afastamentos (férias, atestado, licenças), de dependentes dos servidores e dos cadastros de veículos, entre outras funcionalidades.

Reforma e ampliação do prédio do Arquivo - O espaço destinado ao arquivamento de processos físicos está mais amplo, arejado, iluminado e seguro, com as intervenções iniciadas em 2019 após reuniões entre a Diretoria Administrativa, a Assessoria de Segurança e a Divisão de Documentação e Arquivo - DIDAR.

Foram realizados serviços de recuperação estrutural, substituição de telhas danificadas, retirada da caixa d'água e dos banheiros, troca de parte do piso, retirada do forro de gesso, pintura, colocação de janelas, melhoria das instalações elétricas, além de ampliação do espaço, que ocupava uma área com pouco mais de 200m² e agora conta com mais de 300m².

Com isso, às atividades de gestão documental podem ser realizadas de forma mais segura e com maior agilidade, incluindo a triagem, separação e arquivamento dos processos destinados à guarda permanente ou temporária. E faz parte do planejamento do SEARQ a digitalização de parte desse acervo físico, seguindo os requisitos do recente Decreto Federal no 10.278/2020.



Antes



Depois



Auditório Conselheiro José Braz do Rêgo é recuperado - Espaço tradicional do TCE-PB voltou a ser utilizado para reuniões e eventos após serviços de pintura, recuperação da parte elétrica e ampliação do palco.

O auditório, que tem capacidade para receber até 100 (cem) pessoas, passou a receber os ensaios do Grupo de Teatro e do Coral de Servidores do TCE, bem como as aulas de ginástica laboral, sendo cedido, também, para realização de reuniões do Comitê Técnico, da ASTCON e do SINDICONTAS, além de algumas aulas do conceituado Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública - CAAP.

O espaço foi utilizado, ainda, em eventos como o 3º Encontro Paraibano de Ouvidorias (2019) e a 3ª Semana Nacional de Arquivos (2019), dentre outras palestras e apresentações. É mais um ambiente que foi colocado em condições de segurança e conforto, para melhor servir aos propósitos da instituição.

Antes



Depois



Ouvidoria fortalece na pandemia o poder de fiscalização direta dos cidadãos sobre a gestão pública

E-mails recebidos passaram de 989 em 2019 para 2.655 em 2020, e apresentadas, no biênio, 1.810 denúncias

Em razão da pandemia da Covid-19, a demanda de solicitações e denúncias ao Tribunal de Contas da Paraíba, via Ouvidoria e advinda de e-mails, triplicou a partir de abril até o final de 2020. Também aumentaram significativamente os Acessos à Informação, por meio do portal www.tce.pb.gov.br,

Igual crescimento se observou na quantidade de denúncias sobre qualidade dos serviços públicos, execução de obras, aplicação de recursos em saúde e educação, atos de pessoal e concursos, entre outros temas da administração pública.



Ouvidoria é porta de entrada ao Tribunal, para os cidadãos ou para os gestores, nossos jurisdicionados. É o canal de comunicação que recebe a maioria das denúncias, das críticas e sugestões para a melhoria dos serviços públicos”, observa o chefe do órgão, Enio Martins Norat.

Com todo aumento durante a pandemia, as solicitações dirigidas à Ouvidoria continuaram sendo encaminhadas de forma ágil às demais instâncias e setores do Tribunal. E respondidas aos cidadãos e gestores, por meio de trabalho remoto da equipe responsável.

3.644 e-mails respondidos imediatamente pela Ouvidoria aos usuários externos, no biênio.

Praticamente triplicou em 2020 em relação a 2019, a quantidade de e-mails recebidos pela Ouvidoria de usuários externos e imediatamente respondidos. O número saltou de 989 no ano anterior para 2.665 no seguinte.

No biênio 2019/2020 foram protocoladas via Sistema Tramita do TCE, e distribuídas às respectivas áreas para resolução, exatamente 3.152 solicitações, totalizando, por temas:

DENÚNCIAS 1.713

PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO 803

PETIÇÕES 455

OUTRAS SOLICITAÇÕES 181

887

Processos de denúncias autônomos

3.644

E-mails respondidos de imediato

O QUE É A OUVIDORIA

A Ouvidoria do Tribunal de Contas da Paraíba é mais que um elo de comunicação com a sociedade. Pelo papel que exerce, é uma forma de ampliar, com a participação direta dos cidadãos, a fiscalização dos recursos públicos.

Instituída na primeira gestão (2007/2008) do conselheiro Arnóbio Viana na presidência do TCE-PB, e sob a coordenação do conselheiro Fábio Nogueira no atual biênio, a Ouvidoria do Tribunal de Contas da Paraíba fortalece com o passar dos anos a missão que cumpre desde sua criação, pela Lei 8.126/2006, na gestão à época do conselheiro José Mariz.

Por ano, foram 1.677 demandas em 2019 e 1.704 em 2020, conforme demonstra o quadro (abaixo/ao lado) que especifica por temas as solicitações.

| | | |
|--------------|--------------|--------------------------------|
| 858 | 855 | Denúncias |
| 462 | 341 | Pedidos de acesso à informação |
| 246 | 209 | Petições |
| 111 | 70 | Outras Solicitações Diversas |
| 1.677 | 1.475 | TOTAL |

TCE sedia 3º Encontro de Ouvidorias Públicas e Privadas da Paraíba

O Tribunal de Contas da Paraíba contribuiu com o debate pelo cumprimento da Lei de Defesa ao Usuário do Serviço Público (Lei 13.460) ao sediar, em maio/2019, o 3º Encontro Paraibano de Ouvidorias, evento realizado conjuntamente com o Fórum Paraibano de Ouvidorias Públicas Privadas (FOPO).



Levantamento aponta falta de elo de comunicação com a população em mais de dois terços dos municípios do Estado.

O encontro em 29 de maio, no auditório Celso Furtado do Centro Cultural Ariano Suassuna, foi aberto pelo conselheiro Ouvidor do TCE, Fábio Nogueira, por delegação do presidente da Corte, conselheiro Arnóbio Viana. Reuniu nos períodos da manhã e tarde representantes de entidades e instituições públicas e privadas, prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais, ouvidores, controladores municipais e agentes públicos em geral.

A Lei estabeleceu um cronograma para implantação das ouvidorias, primeiro obrigatório para a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios com mais de quinhentos mil habitantes. Depois para municípios entre cem mil e quinhentos mil habitantes; e na última fase, para os municípios com menos de cem mil habitantes.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas da Paraíba realizou levantamento entre os meses de abril a maio de 2019 para avaliar a situação das ouvidorias públicas paraibanas, com o objetivo de conhecer as características de atuação. Os resultados foram apresentados no evento.

Os debates sucederam-se a partir de três principais temas das palestras: **“Projeto Criem-se Ouvidorias”**, exposto pelo Ouvidor do Ministério Público do Estado da Paraíba, o procurador, Doriel Veloso Gouveia; **“Diagnóstico das Ouvidorias nas Prefeituras Municipais Paraibanas”**, apresentado pelo conselheiro Fábio Nogueira; e **‘O Papel das Ouvidorias na Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público’** proferida pelo Ouvidor Geral da União, Valmir Gomes Dias.



“É importante demonstrar à sociedade a importância desse espaço de interlocução com os cidadãos para a efetivação do controle social”.

Fábio Nogueira
Conselheiro Ouvidor
do TCE-PB

Em 2019 apenas 60 prefeituras possuíam ouvidorias em sua estrutura administrativa

Estas são algumas das constatações do diagnóstico apresentado pelo Ouvidor do TCE-PB, conselheiro Fábio Nogueira, também presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), durante o 3º Encontro de Ouvidorias Públicas e Privadas da Paraíba.



Apenas 60 prefeituras paraibanas - 27% de um total de 223 municípios - possuíam Ouvidorias em sua estrutura administrativa em maio de 2019. Outras 54 (24%) dispunham, à época, de um setor fazendo às vezes de órgão ouvidor. E sete haviam tomado a iniciativa de regulamentar a Lei nº 13.460/17 (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público), cuja vigência também para os municípios com menos de 100 mil habitantes passa a valer em 17 de junho/2019.

O estudo concluiu, também, que em praticamente metade dos municípios (49%) a população não tinha àquela altura onde apresentar diretamente alguma reclamação, crítica, sugestão, ou mesmo elogio ao atendimento e qualidade dos serviços públicos à sua disposição.

E revelou deficiências no acompanhamento e controle de muitas das demandas recebidas, visto que só 12 municípios, dos 60 que revelaram ter Ouvidorias, faziam 'Relatório de Gestão', constando estatísticas anuais de manifestações recebidas da população.

Ministério Público divulga balanço de ações no biênio 2019/2020

O Ministério Público de Contas é um órgão que atua perante o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. O MPC participa de todos os julgamentos que acontecem no Pleno e nas Câmaras do TCE-PB. Nas sessões, o seu representante pode se manifestar oralmente, emitindo parecer sobre os processos e participando de todas as discussões. Caso não concorde com os julgamentos, pode ainda apresentar recursos.

Atuando como fiscal da lei, o Órgão emite pareceres nos processos que lhe são distribuídos ou nos quais solicita vistas, opinando conclusivamente ou propondo diligências por meio de cotas. No biênio 2019/2020, foram emitidos 3.574 pareceres e 1.594 cotas em processos apreciados pelo MPC. Ainda no período, ofereceu 30 representações. Nesta atuação, o MPC requer a instauração de processos de auditorias especiais, a inserção de pontos em prestação de contas, pede a concessão de alertas e medidas cautelares.

3.574 | PARECERES

1.594 | COTAS
EM PROCESSOS

São sete procuradores de contas, sendo três atuando junto aos órgãos colegiados: procurador geral Manoel Antônio dos Santos Neto (no Tribunal Pleno), Isabella Barbosa Marinho Falcão (na 1ª Câmara), Marcílio Toscano Franca Filho (na 2ª Câmara). E mais Elvira Samara Pereira de Oliveira, Sheyla Barreto Braga de Queiroz, Luciano Andrade Farias e Bradson Tibério Luna Camelo.



TCE-PB age com rapidez para proteger seus servidores, gestores e cidadãos sem interromper prestação de serviços

Declarada a pandemia do novo Coronavírus pela Organização Mundial de Saúde em 11/03/2020, o Tribunal de Contas da Paraíba agiu célere ao adotar dois dias depois, em 13/03, as primeiras providências internas em casos de suspeita da doença. Mesma data em que o Governo do Estado, por meio do decreto 40.122, declarou situação de emergência.

Normatizadas pela Portaria nº 49, de 16/03, as medidas iniciais de prevenção, no âmbito interno da Corte, foram ampliadas pela Portaria 51 com a suspensão do expediente presencial e dos prazos processuais de 19 de março a 1º de abril.

Desde então, e até a retomada gradual das atividades internas e externas a partir de 17 de agosto, seguiram-se uma série de cuidados, de providências e de orientações aos servidores e gestores, advogados e contadores com atuação na Corte, e ao público em geral. Com destaque, entre outras medidas, para:

- *Obrigatoriedade do uso de máscara e de aferição de temperatura;*
- *Distanciamento social mínimo de 1,5m;*
- *Intensificação da higienização dos ambientes de trabalho;*
- *Disponibilização de álcool em gel 70% em pontos estratégicos;*
- *Suspensão de eventos presenciais (seminários, cursos, palestras, etc);*
- *Suspensão do funcionamento do restaurante e atendimento controlado, mediante agendamento, no posto bancário e no serviço médico;*
- *Suspensão das diligências presenciais, salvo exceções autorizadas pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo Geral;*
- *Regulamentação dos julgamentos por videoconferência no Tribunal Pleno e nas 1ª e 2ª Câmaras da Corte.*

SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE
Portaria TCE/PB nº 51 de 18 de março de 2020

Dispõe sobre a suspensão temporária do expediente no âmbito do TCE/PB, e dá outras providências.

Art 1º Ficam suspensos os expedientes dos dias 19 de março até 01 de Abril de 2020

§1º Os prazos processuais ficarão suspensos durante o período do caput.

TV TCE-PB | tcedaparaiba
@tcepb | TCE-PB

Tribunal adota sessões por videoconferência no Pleno e Câmaras

Em 14 de abril e sob a presidência do conselheiro Arnóbio Alves Viana, o TCE-PB realizou sua primeira sessão extraordinária remota, ocasião em que regulamentou o julgamento de processos por meio de teleconferência em suas três instâncias deliberativas – o Tribunal Pleno, a 1ª Câmara e a 2ª Câmara.

A mudança deu-se com aprovação unânime de Resolução Normativa alterando o Regimento Interno da Corte. E levou em conta a necessidade de adoção das medidas capazes de reduzir o potencial de contágio da Covid-19. E, assim, preservar a saúde dos membros, servidores, estagiários, colaboradores, jurisdicionados, advogados e visitantes que frequentam as dependências do Tribunal.

“O TCE não para suas atividades diante dessa nova realidade. Passa a prestar seus serviços inovando no quesito tecnologia, em benefício do bem público”

Arnóbio Viana Conselheiro Presidente

Cuidados ampliados com adoção do teletrabalho

Regulamentadas as sessões por videoconferência, o Tribunal também ampliou as medidas de proteção autorizando, a partir do mês de julho, os servidores do chamado “grupo de risco” a exercerem suas atividades integralmente em regime de teletrabalho.

Por meio da Portaria nº 77, de 23/07/2020, autorizados a trabalhar assim os servidores maiores de 60 anos e aqueles por ventura portadores de doença cardiovascular, incluindo hipertensão arterial sistêmica, diabetes, doença pulmonar crônica grave, neoplasias malignas, obesidade, doentes renais crônicos, e portadores de demais comorbidades associadas à Covid-19. Além das gestantes e lactantes, e servidores com filhos menores de 12 anos de idade, matriculados em instituição de ensino com aulas telepresenciais.



Um surto, emergência, pandemia, e morte

Um mês após receber o alerta, em 31/12/2019, de vários casos de pneumonia em moradores da cidade de Wuhan, na China, a Organização Mundial de Saúde caracterizou o surto da doença como emergência internacional de saúde de pública. Era 30 de janeiro 2020.

Em 11 de março de 2020, com a extensão de contágios em escala global – situação que a humanidade vivenciara um século atrás com a Gripe Espanhola* - veio a declaração de pandemia do novo Coronavírus.

Desde então os países, os estados, as cidades, passaram a contar seus cidadãos infectados pelo novo Coronavírus aos milhões; e seus mortos pela doença, aos milhares.

Até o fechamento desta publicação, em 31/12/2020, perderam suas vidas:

1.807.638
Pessoas

No Mundo

193.875
Pessoas

No Brasil

3.660
Pessoas

Na Paraíba



OMS foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China.

OMS declara que o surto da doença causada pelo novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus.

Decreto Estadual nº 40.122, declarou Situação de Emergência no Estado da Paraíba

TCE inicia campanha interna de conscientização acerca das primeiras providências em casos de suspeita do coronavírus.

Presidente do TCE assina Portaria nº49 que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19

Nova determinação do TCE suspende expediente presencial de 1º de março a 1º de abril e prazos de processos (Portaria nº 51)

Unidos, Tribunais de Contas brasileiros adotam ações para combate ao coronavírus.

TCE-PB realiza primeira sessão remota para aprovar regulamentação de julgamentos por videoconferência



31/12/2019



30/01/2020



11/03/2020



13/03/2020



16/03/2020



18/03/2020



24/03/2020



15/03/2020

TCE segue diretrizes nacionais e orienta gestores na pandemia

Desde o início da pandemia, e seguindo diretrizes das entidades nacionais representativas das Cortes de contas do país, o Tribunal de Contas da Paraíba atua de forma colaborativa juntos aos seus jurisdicionados, sobretudo com gestores da área da saúde e autoridades sanitárias.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO AOS GESTORES MUNICIPAIS

RELATIVO À EXECUÇÃO QUANDO APROVADO EM CALAMIDADE PÚBLICA

TCE
NO COMBATE
À CRISE

O TCE-PB adotou, entre outras, recomendações da Resolução 01/2020, expedida conjuntamente em 27 de março pela ATRICON/ABRACOM/AUDICON/CNPTC/IRB, objetivando orientar os gestores, por exemplo, nos casos de contratação temporária de pessoal, licitações e contratos administrativos.

A resolução recomenda também que todas as Cortes congêneres - resguardando sua competência de fiscalização dos recursos públicos - orientem ainda os gestores a ampliar a transparência de seus atos. E mantenham assim, as informações disponíveis nos respectivos portais, uma vez que despesas baseadas no decreto de calamidade pública podem ensejar operações questionáveis e/ou ilegítimas.





A Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira, pertencente ao TCE e responsável pela qualificação de servidores e agentes públicos, desenvolveu no biênio 2019/2020 um conjunto de atividades destinado tanto à orientação de seus jurisdicionados quanto a incentivar a participação da sociedade civil em favor da melhoria dos serviços públicos.

Escola de Contas do TCE promove atividades para capacitar servidores e jurisdicionados e contribuir com a melhoria da gestão pública

Para difundir conhecimentos de administração, de planejamento e orçamento público, de normas e procedimentos licitatórios, de políticas públicas e controle externo, a Ecosil promoveu e/ou viabilizou cursos, treinamentos, palestras, seminários e visitas técnicas.

Cerca de mil pessoas, agentes públicos e servidores de órgãos jurisdicionados, participaram de eventos destinados ao debate e orientações acerca de resoluções e normas da administração pública. E, também, sobre o controle social dos Regimes Próprios de Previdência - RPPS.

Encontros e Cursos

Realizados por meio da Ecosil, e de forma presencial quando não havia ainda a pandemia da Covid-19, foram ofertados em 2019 cinco encontros e cursos, além de outros quatro à distância (EAD), totalizando exatas 918 participações.



Entre esses, destaque para o **III Encontro Paraibano de Ouidorias Públicas e Privadas**, com 240 participantes; e o **II Seminário de Controle Interno na Administração Pública** – evento promovido pelo FOCCO PB em parceria com o TCE.

PALESTRAS E TREINAMENTOS - A Escola de Contas promoveu e/ou viabilizou 17 atividades, entre cursos e treinamentos para os servidores/estagiários, contabilizando 258 participações. Sem contar que mais de 500 pessoas, entre servidores e o público externo, participaram de palestras nas dependências do Tribunal com temas desde Educação Financeira, Proteção de Dados Pessoais, Inteligência Artificial e 5G, até a busca de Novos Caminhos para Solução de Conflitos no Setor Público. Além, ainda, do lançamento oficial da INCUBALAW, no evento OAB TALK X.

Projeto Pró-Libertas capacita alunos de escolas públicas em sistemas computacionais

A Escola de Contas desenvolve, ainda, o Projeto Pró-Libertas, voltado aos alunos da rede estadual e municipal de ensino, e destinado a capacitá-los em noções de sistemas computacionais e seus componentes, de software livre, de planilhas e editores de texto, instalação de sistemas operacionais open source e manipulação da parte gráfica. As aulas aconteceram aos sábados pela manhã no laboratório de informática do CCAS.





TCE qualifica quadros técnicos com a 5ª edição do Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública

Sempre na busca pela excelência no serviço público, o Tribunal de Contas da Paraíba promoveu, no biênio 2019/2020, a 5ª edição do Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública.

A iniciativa em favor da qualificação dos quadros técnicos que atuam em órgãos públicos municipais e estaduais acontece por meio da Escola de Contas Otacílio Silveira (ECOSIL).

Em razão da pandemia da Covid-19, a temática programada para o segundo semestre do ano passou a ser ministrada de forma remota, dentro do Projeto Ensino a Distância e com instrutores do próprio quadro técnico da Corte.



“Nosso objetivo é capacitar cada vez mais o servidor”

Arnóbio Viana Conselheiro Presidente

Biblioteca virtual jurídica acessível por mais um ano para servidores do Tribunal

Como parte das iniciativas do seu Plano de Ação, o Tribunal de Contas da Paraíba renovou, por mais um ano, o acesso dos seus servidores ao conteúdo da Biblioteca Digital da Editora Fórum, especializada em periódicos e livros jurídicos, e já devidamente atualizada para 2021.

“Nosso objetivo é capacitar cada vez mais o servidor”, observou, por ocasião da renovação contratual, o presidente do TCE, conselheiro Arnóbio Viana, ao destacar o acervo disponibilizado nas diversas áreas do Direito.

São 53 periódicos, 25 coleções, com mais de 3 mil volumes iniciais reunindo ampla doutrina de renomados autores nacionais e internacionais, jurisprudência selecionada e vasta legislação.



Aplicativo “Preço da Hora” mostra onde comprar mais barato na Paraíba

O cidadão paraibano, de qualquer região do estado, em tempo real, pode ter informações onde comprar mais barato conhecendo os preços de mais de 700 mil itens de produtos. Inclusive preços dos combustíveis. Podendo ainda, visualizar a rota mais próxima para chegar ao estabelecimento. Pensando em tudo isso, o Tribunal de Contas da Paraíba criou o aplicativo “Preço da Hora”.

A ferramenta foi lançada, em 28 de junho de 2019, em solenidade no Palácio da Redenção, pelo presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arnóbio Viana e o governador João Azevedo.

A ferramenta de transparência tem tecnologia 100% paraibana. O aplicativo foi desenvolvido pelo Tribunal de Contas da Paraíba, Governo da Paraíba, e Universidade Federal da Paraíba. Ela está disponível para *download* nas lojas do *Google Play* e *App Store*. E também pode ser acessada no Portal do Preço da Hora.

O conselheiro Arnóbio Viana considera que a criação do aplicativo é o somatório de inteligências de técnicos do Tribunal de Contas, juntamente com professores da UFPB. “O aplicativo ‘Preço da Hora’ é fenomenal e tem como objetivo principal de uma transmissão indireta de renda”.



PREÇO DA HORA



Com o aplicativo, que conta com informações oficiais das Notas Fiscais de todo o Estado, o cidadão poderá saber exatamente qual o menor preço, em sua cidade, do produto pesquisado. O sistema abrange um universo de até 121.590 estabelecimentos de todos os 223 municípios paraibanos.

O aplicativo vai permitir comparar os preços praticados e indica onde tem um valor melhor a ser adquirido. Além disso, a ferramenta vai proporcionar uma forte celeridade aos órgãos públicos para a tomada de preços e na realização de licitações.

Durante a solenidade, a ferramenta foi apresentada pelo coordenador do projeto, o auditor de Contas Públicas do TCE, Aguinaldo Macedo Filho. Na sua explanação ele mostrou como as informações são atualizadas a cada 5 minutos, ou seja, na hora em que a nota fiscal é emitida, o preço é inserido na base de dados do “Preço da Hora”.

“Nossa Corte está cumprindo não apenas o dever constitucional de fiscalizar os recursos públicos, mas tem também sua responsabilidade social. O Tribunal de Contas continuará na sua usina de eficácia, eficiência com o retorno de dispositivos digitais trazendo benefícios para a coletividade e notadamente no aspecto da transparência, que é o maior veículo de combate à corrupção”

Arnóbio Viana Conselheiro Presidente

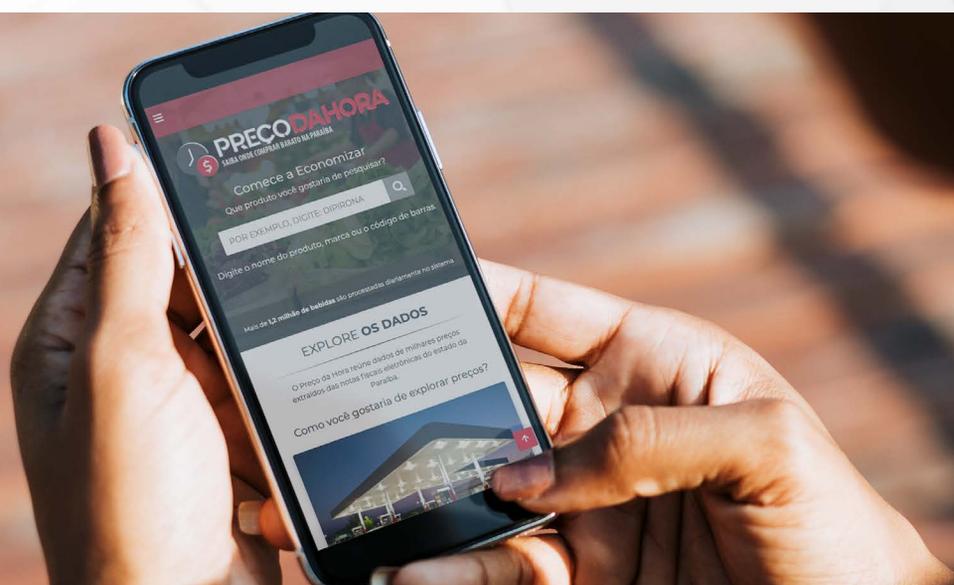
MAIS DE
700 Mil
PRODUTOS
CADASTRADOS

MAIS DE
121.590
ESTABELECIMENTOS
EM TODOS OS
223 MUNICÍPIOS



“Preço da Hora” ajuda na economia durante a pandemia de Coronavírus

O aplicativo ‘Preço da Hora’ do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba auxilia nesse período de pandemia pelo novo coronavírus (COVID -19), que impõe a necessidade de isolamento social. Com o aplicativo, você encontrará mais rapidamente os produtos do seu dia a dia, com melhor preço e no lugar mais próximo. No aplicativo, ainda é possível fazer listas para pesquisar vários itens de uma só vez.



Representantes de três estados do Nordeste visitam o TCE-PB para conhecer o aplicativo “Preço da Hora”

O Tribunal de Contas da Paraíba recebeu em 24 outubro de 2019, representantes de governos de três estados da Região Nordeste, Bahia, Sergipe e Piauí, para Workshop de transferência de tecnologia referente ao Preço da Hora, aplicativo cem por cento paraibano, desenvolvido por técnicos do próprio Tribunal e da UFPB.

A ferramenta que disponibiliza, em tempo real, informações sobre onde comprar mais barato na Paraíba, se tornou referência no país e vem despertando interesse dos governos da região. Eles manifestaram ao Governo da Paraíba a intenção de implantar a tecnologia em suas regiões.



‘Preço de Referência’ cotações em tempo real para compras pública

Para imprimir celeridade, transparência e eficiência às aquisições, inclusive para enfrentamento da emergência de saúde pública na Paraíba decorrente do coronavírus (Covid-19), o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba lançou em 22 de abril de 2019, durante sessão extraordinária remota do Pleno, o ‘Preço de Referência’.

É a primeira ferramenta do país capaz de fazer cotações, em tempo real, de preços considerando os três perfis de consumidor: pessoa física, pessoa jurídica e órgãos públicos.

Os gestores públicos utilizam o ‘Preço de Referência’ como ferramenta auxiliar em seus processos de cotação de preços (mapas e planilhas de valores), para itens que serão adquiridos pelos órgãos. Um banco de dados foi criado a partir de informações de cupons e notas fiscais eletrônicas registradas na Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba.

Nas contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório, sejam de contratação direta, a pesquisa de preços demanda em torno de 45% do tempo total gasto em todo o processo de aquisição. Com a plataforma de consulta ‘Preço de Referência’, lançada pelo TCE-PB em parceria com o Governo do Estado e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de mais celeridade, também se busca evitar a ocorrência de sobrepreços e superfaturamento nas aquisições, além de oportunizar aos gestores uma forma de corrigir eventuais impropriedades.



PREÇO DE REFERÊNCIA

A plataforma é um projeto de melhoria dos controles internos municipais e estadual. O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arnóbio Viana destacou que “o sistema foi desenvolvido para auxiliar os gestores públicos, especialmente as divisões de licitações e compras dos órgãos públicos em todas as cidades da Paraíba, na fase de elaboração dos mapas de preços, colaborando na geração dos valores de referência praticados nos processos licitatórios”.



O coordenador do projeto ‘Preço de Referência’, o auditor de contas públicas do TCE-PB, Aguinaldo Macedo, explicou que as cotações de preços são geradas a partir do processamento de quase 1,4 bilhão de cupons e notas fiscais eletrônicas, considerando mais de 4 milhões de tipos de produtos distintos vendidos na Paraíba. “A geração automática de cotação de preços para até 20 produtos é feita simultaneamente, sejam eles material de consumo ou bens permanentes, com cálculo de preços mínimo, máximo e diversos tipos de média. Tudo está estatisticamente fundamentado”, detalhou.

Tribunal de Contas, em parceria com Governo do Estado e UFPB, lança consulta online que evita sobrepreço ou superfaturamento em licitações

“E nesse período, para enfrentamento da emergência em saúde decorrente do coronavírus (Covid-19), devem ser tomadas as devidas cautelas para que atenda satisfatoriamente as necessidades da administração. O preço praticado tem que estar sempre de acordo com o mercado, evitando possível sobrepreço ou superfaturamento. Em tempos de gastos extraordinários e recursos escassos, a correta aplicação dos recursos públicos se mostra ainda mais importante”, alertou o presidente do TCE-PB.

TURMALINA

Ferramenta do TCE-PB é destaque em evento internacional

Turmalina é nome de pedra preciosa e também de uma robô fiscal (inteligência artificial) criado pelo Tribunal de Contas da Paraíba, em parceria com as UFPB e UFCG, para analisar cada um dos Portais de Transparência dos órgãos e entidades públicas sob a jurisdição do TCE-PB.



A robô Turmalina foi um dos grandes destaques do National Audit Office – Fórum Internacional de Auditoria -, ocorrido em Taiwan, República da China, no mês de março de 2019. A apresentação da Turmalina no evento coube a André Agra, Auditor de Controle Externo do TCE-PB.

Além das capacidades técnicas da ferramenta Turmalina – capaz de avaliar a qualidade das informações referentes a despesas, receitas, contratos, licitações, pessoal, convênios e leis, além da usabilidade de cada Portal da Transparência -, André Agra fez uma demonstração geral acerca do projeto Cidadania Digital, por intermédio do qual o TCE-PB promove e fomenta o exercício do controle social.

O fortalecimento da Governança Pública é outro propósito do espaço Cidadania Digital, inaugurado na gestão do Conselheiro André Carlo Torres Pontes, com inovações inseridas pelo presidente do TCE-PB, conselheiro Arnóbio Viana.

voce

VOLUNTÁRIOS DO CONTROLE EXTERNO

É o caso do programa Voluntários do Controle Externo (Você), que amplia as possibilidades de participação dos cidadãos no controle dos atos e gastos públicos e que também alcançou grande visibilidade no National Audit Office.

O conselheiro Arnóbio Viana disse que a visibilidade que o controle externo brasileiro alcança, no âmbito internacional, contribui para o fortalecimento dos Tribunais de Contas e se transforma em uma motivação adicional para que o Sistema permaneça na rota do aperfeiçoamento.

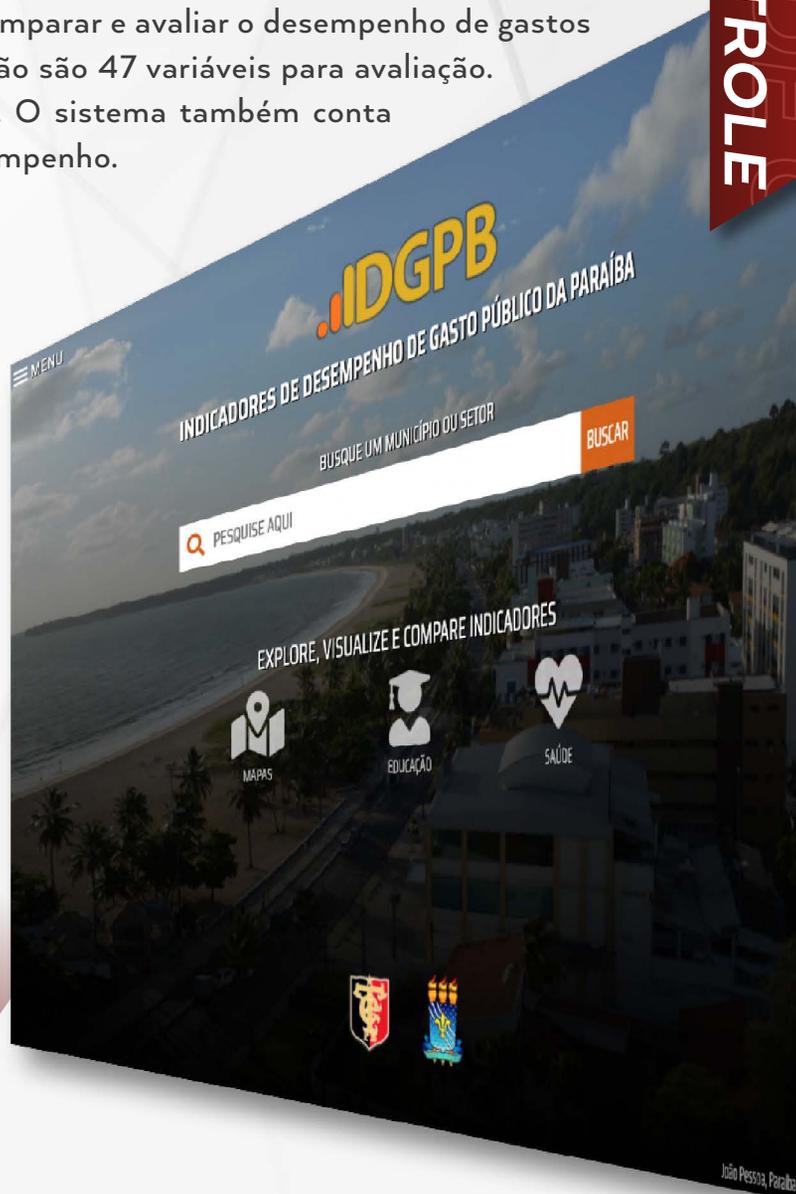
IDGPB

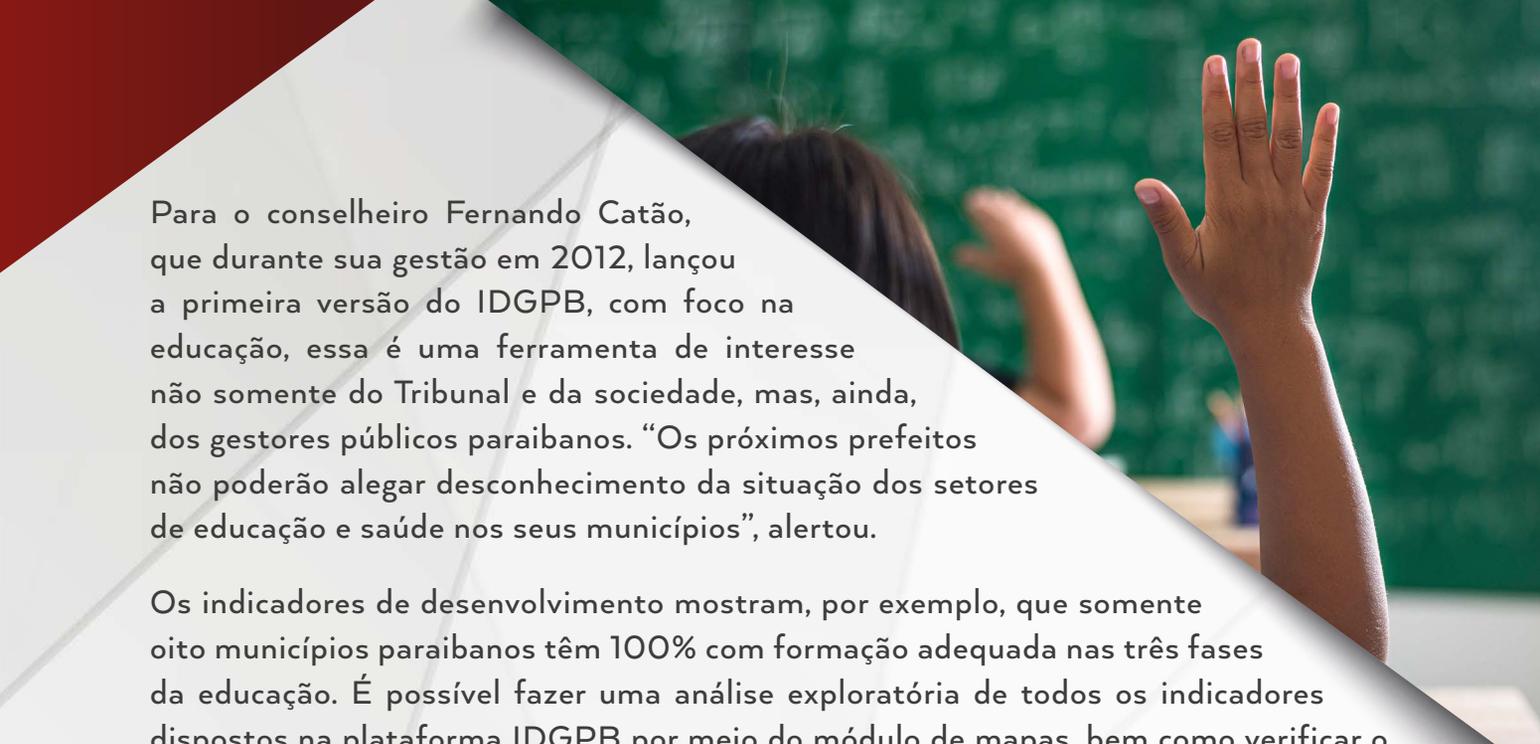
Indicadores de Gastos Públicos em Educação e Saúde vão orientar os próximos gestores

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) apresentou em 09 de setembro de 2020, durante sessão ordinária do Pleno por videoconferência, a nova atualização da plataforma de Indicadores de Desempenho de Gastos Públicos da Paraíba (IDGPB). Eles reúnem informações estatísticas das áreas da Educação e da Saúde, em níveis municipal e estadual. Além disso, mostra e compara o desempenho dessas duas áreas, com bancos de dados dos 26 estados brasileiros e dos 223 municípios paraibanos.

O IDGPB consolida a posição de vanguarda do Tribunal de Contas da Paraíba. É a única ferramenta de instituição de controle externo do país que tem 19 fontes de dados diferentes para melhor identificar, comparar e avaliar o desempenho de gastos públicos. Nos indicadores da Educação são 47 variáveis para avaliação. Na área da Saúde são 40 variáveis. O sistema também conta com três indicadores globais de desempenho.

Para o presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, conselheiro Arnóbio Viana, a ferramenta objetiva, em especial, subsidiar o Tribunal de Contas nas suas funções, os gestores públicos na condução dos gastos e a sociedade no acompanhamento e fiscalização. “Além disso, vai disseminar informações relevantes sobre o desempenho dos setores educacionais e de saúde para auxiliar a formulação de políticas públicas e monitorar esses dois setores prioritários dos municípios e do Estado”.





Para o conselheiro Fernando Catão, que durante sua gestão em 2012, lançou a primeira versão do IDGPB, com foco na educação, essa é uma ferramenta de interesse não somente do Tribunal e da sociedade, mas, ainda, dos gestores públicos paraibanos. “Os próximos prefeitos não poderão alegar desconhecimento da situação dos setores de educação e saúde nos seus municípios”, alertou.

Os indicadores de desenvolvimento mostram, por exemplo, que somente oito municípios paraibanos têm 100% com formação adequada nas três fases da educação. É possível fazer uma análise exploratória de todos os indicadores dispostos na plataforma IDGPB por meio do módulo de mapas, bem como verificar o comportamento da série histórica dos resultados.

Nas principais novidades do IDGPB estão:

Inserção do Governo Estadual

Inclusão de indicadores da área da saúde com dados de óbitos infantis e por grupos de doenças,

Infraestrutura de atendimento, recursos humanos e cobertura da atenção básica.

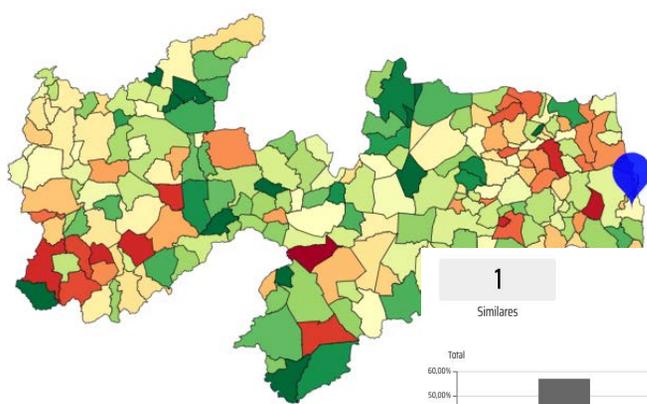
Também incorpora dados da Educação Básica estratificados por fase de ensino: infantil, fundamental I e II e ensino médio; bem como da rede estadual de ensino e suas regionais; atualização do rol de indicadores educacionais, tendo em vista as metas do Plano Nacional de Educação.



Durante apresentação do IDGPB, os responsáveis pelo desenvolvimento e atualização da plataforma – o auditor de contas públicas do TCE-PB, Josedilton Diniz; e os professores da UFPB, Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida e Hilton Martins de Brito Ramalho – destacaram que a ferramenta de controle foi construída para identificação de possíveis riscos. Ela faz uma análise estatística comparativa do desempenho entre diferentes unidades geográficas e medição do nível de eficácia dos indicadores, quando da existência de metas disponíveis no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS).

O IDGPB também mostra uma análise comparativa do desempenho de cada unidade geográfica avaliada (município ou estado, micro, mesorregião e municípios similares) em relação aos resultados auferidos por outras unidades; criação de grupos similares de comparação, em nível de município e estado, baseados em indicadores sociais e econômicos.

É feita uma análise das metas para os indicadores no PNE ou no (IDSUS), atestando de forma aditiva a sua eficácia. Além de mostrar a matriz de alerta (risco) baseado na distribuição estatística dos indicadores e níveis de eficácia.

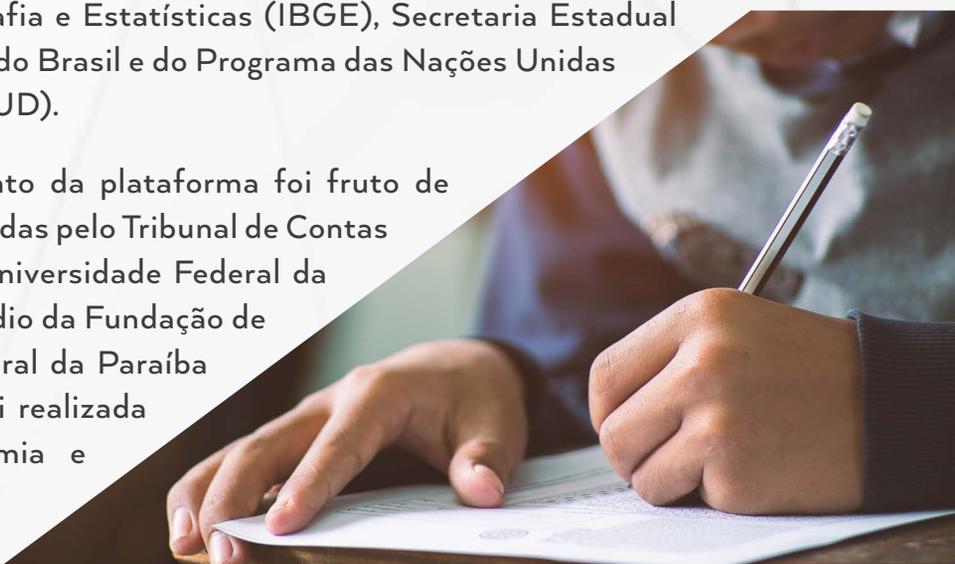


| Existência | Valor |
|------------------------------|---------|
| Água filtrada | 81,02% |
| Abastecimento de água | 100,00% |
| Sistema de esgoto | 100,00% |
| Energia elétrica | 99,27% |
| Coleta periódica de lixo | 99,27% |
| Banheiro adaptado para PCD | 59,85% |
| Biblioteca | 33,58% |
| Sala de leitura | 25,55% |
| Cozinha | 57,81% |
| Sala da diretoria | 92,70% |
| Sala do professor | 96,93% |
| Internet banda larga | 8,91% |
| Merenda escolar | 92,70% |
| Banheiro para educação in... | 78,10% |
| Parque Infantil | 62,04% |
| Quadra de esportes | 27,01% |



Bancos de Dados - O IDGPB faz uso de informações oriundas dos bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Sistema Único de Saúde do Brasil, Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (Sagres), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Secretaria Estadual de Educação, Receita Federal do Brasil e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Parcerias - O desenvolvimento da plataforma foi fruto de pesquisas científicas incentivadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por intermédio da Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba (Funetec), cuja construção foi realizada pelo Laboratório de economia e Modelagem Aplicada (Lema).



“Sagres Disponibilidades”

Controle Social

Transparência nas receitas e despesas do estado

A partir de agora todas as informações sobre a disponibilidade de receitas e despesas do Estado, por unidades administrativas diretas e indiretas, poderes e órgãos da estrutura governamental estão à disposição da sociedade no sistema Sagres do TCE-PB.

O Sagres Online criou o link “Disponibilidade”, ampliando o acesso às contas públicas. Essa é a mais nova ferramenta de transparência, apresentada pelo presidente do TCE, conselheiro Arnóbio Alves Viana, na sessão do Tribunal Pleno no dia 17 de setembro de 2020.

O sistema pode ser acessado no portal do TCE: www.tce.pb.gov.br, no ícone “Sagres”. O internauta é direcionado para a página do “Sagres Online”, onde poderá acessar todos os dados sobre receitas e despesas do Estado municipais.

Ao clicar no “Sagres Estadual”, o navegador terá acesso aos itens Receitas, Despesas, Empenhos, Credores, Pessoal e agora “Disponibilidades”, que permite o acesso às fontes de todos os órgãos do Estado.

São informações fundamentais para o Estado e uma demonstração de transparência e avanço no controle social, permitindo-se que o cidadão possa saber quanto o Estado arrecada por unidade, e quanto gasta.

O presidente fez questão de destacar o empenho da equipe da Assessoria Técnica – Astec, à frente o técnico Ed Wilson, que foi responsável pela formatação da plataforma, a partir das informações coletadas nos saldos bancários dos órgãos estaduais.

Licitantes 100% perdedores Imprensa nacional destaca ferramenta do TCE-PB

A Ferramenta de controle, ‘Licitantes 100% Perdedores’, criada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), para mapear empresas suspeitas, aquelas que participam e sempre perdem licitações públicas, foi destaque no *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, em 2019.

Tal ferramenta de acompanhamento de gestão do TCE-PB, como sugeri na reportagem, deveria ser utilizada pelos órgãos de controle e fiscalização em todo país para combater esse tipo de ação criminosa. Segundo a notícia veiculada, investigações sobre corrupção quase sempre envolvem empresas fantasmas.



| Licitantes 100% Perdedores | | Licitantes Vencidos | |
|---|--------------------|---------------------|--|
| Licitante 100% Perdedor | QTDE de Licitações | No. | Licitante |
| FARMACIAS LTDA | 8 | 1 | EMMANUELLE MALKA BEZERRA DELFINO TORQUATO |
| DE MELO EMPREENDIMENTOS - ME | 4 | 2 | IOA SERVICOS E PRODUCAO MUSICAL EIRELI - ME |
| SILVA MIRANDA FILHO - ME | 2 | 3 | ANDREZA ARAUJO SOUZA - ME |
| COSTA ME | 2 | 4 | CF CONSTRUTORA EIRELI |
| ERTO DAS NEVES SILVA JUNIOR 05647164480 | 1 | 5 | WASHINGTON LUIS DE OLIVEIRA LEITE |
| PRODUTOS LABORATORIAIS - ME | 1 | 6 | ACT MED COMERCIO IMPORTACAO DE MATERIAL ME.. |
| STRUCOES EIRELI - EPP | 1 | 7 | ANTONIO A AMARAL JUNIOR ME |
| | | 8 | MULT DIAGNOSTICA LTDA |

Busca textual da jurisprudência sobre as decisões do TCE

O Tribunal de Contas do Estado lançou , em 27 de setembro de 2019, mais uma ferramenta de pesquisa para facilitar a busca de jurisprudências do TCE. O cidadão interessado por uma decisão, seja acórdão, resolução ou pareceres, poderá fazer a consulta por meio de palavras, acessando todas as peças decisórias que reportem à matéria.

O Presidente da Corte, conselheiro Arnóbio Alves Viana observou que “é mais um serviço disponibilizado pelo Tribunal para facilitar a transparência e o acesso à nossa Jurisprudência”, frisou





Centro Cultural Ariano Suassuna

O Centro Cultural Ariano Suassuna do Tribunal de Contas do Estado, termina o biênio 2019/2020 com muitas conquistas e a certeza de ter alcançado um patamar significativo, com destaque para os eventos, congressos, treinamentos e ações fomentadoras da cultura no âmbito do TCE. Consolida-se no calendário, posicionando-se entre os mais importantes instrumentos culturais da Paraíba, merecendo assim o reconhecimento dos dirigentes da Corte.

Em virtude da Pandemia, que ocasionou a suspensão das atividades presenciais, no primeiro trimestre de 2020 foram destacadas as atividades online. Em 2019 a agenda registrou 106 eventos presenciais, número que manteve a permanente movimentação do Centro em relação ao exercício de 2018.

Eventos, Arte e Cultura, marcam as atividades no Ariano Suassuna

EVENTOS PERMANENTES - Com uma programação extremamente variada, onde cabem eventos externos ou de terceiros, e outros do próprio TCE, como atividades técnicas e educacionais, o destaque maior fica por conta da programação cultural permanente, com o “Sarau Poemas e Cantos da Cidade”, que acontece todos os meses, em parceria com a Academia de Cordel do Vale do Paraíba, e que recebe artistas, músicos, poetas, membros da comunidade cultural e da sociedade em geral. O evento conta com lançamentos literários, declamações, apresentações artísticas e musicais, além de homenagear com a Comenda do Mérito Cultural, em cada sessão, pessoas que se destacam em suas áreas de atuação.

TCE-ESCOLA E CIDADANIA - O projeto do TCE tem a parceria da Ecosil. Com o objetivo de aproximar alunos de escolas públicas e privadas da Corte de Contas, assim como acontece com alunos universitários, que assistem as sessões do Tribunal Pleno e conhecem as dependências da Corte. São realizadas palestras temáticas sobre a missão e as atividades do TCE-PB. Em 2019 dez escolas, entre públicas e privadas,

visitaram o Tribunal. Por sua vez, manteve-se o calendário dos concertos da Orquestra Sinfônica Municipal de João Pessoa, da Banda 5 de Agosto e do projeto Ação Social pela Música. No primeiro ano do biênio foram 14 apresentações, numa parceria do município com o TCE, por meio do CCAS, eventos já consolidados no calendário cultural da cidade.



EXPOSIÇÕES - No Salão Linaldo Cavalcanti continuaram as exposições de pinturas, e os lançamentos de livros. Em 2019 foram realizadas oito exposições, privilegiando novos artistas plásticos e membros da Associart/PB - Associação dos Artistas Plásticos da Paraíba.



Projeto “Quarentena Cultural” é destaque do CCAS durante o período de pandemia

Os primeiros meses de 2020 foram registrados 17 eventos presenciais, tendo a agenda sido suspensa no final de março, devido a pandemia e necessidade de isolamento social e quarentena. Em tal situação, a direção do CCAS, entretanto, tendo noção de seus objetivos, com criatividade, buscou manter as ações na relação com a sociedade paraibana, reinventou suas atividades e criou o projeto Quarentena Cultural, desenvolvido para as redes sociais, especialmente o Instagram, Facebook, WhatsApp e Youtube.

Iniciando de forma tímida, logo o projeto começou a receber adesão da comunidade cultural e, o que é mais incrível, de artistas, músicos, poetas, profissionais de outras áreas e a sociedade em geral, não apenas da Paraíba, mas de todo o Brasil e do mundo, a exemplo da Noruega e Estados Unidos.

O projeto consistiu na divulgação diária de vídeos com apresentações artísticas, musicais, poesia ou mesmo orientações diversas (como dicas de saúde), incrementando a rede Instagram do CCAS. Em poucos meses o seu número de seguidores passou de 1600 para 5200 (conforme registro do final de outubro).

O sucesso da quarentena cultural pode ser conferido em números, focando no período de 22/03/2020 a 29/10/2020, com um total (até então) de 420 vídeos recebidos e divulgados por categoria, sendo 177 vídeos musicais, 156 vídeos poéticos, 42 vídeos com exposições artísticas, 10 vídeos com orientações médicas, 11 vídeos de literatura, 7 vídeos de crônicas, 4 vídeos sobre arte cerâmica, 2 vídeos de dança, 1 vídeo de gastronomia e 1 vídeo de cultural geral.

Registre-se as colaborações espontâneas de 220 pessoas, entre profissionais liberais, artistas plásticos, músicos, poetas e escritores, tanto que a iniciativa do CCAS mereceu o reconhecimento do conselheiro presidente, Arnóbio Viana, e um “Voto de Aplausos” no Pleno do Tribunal de Contas, numa propositura do conselheiro Fernando Catão, aprovada à unanimidade.

COMENDA - Em 2019 o CCAS foi contemplado com a Comenda GECIMP, conferida pelo Grupo de Estudos em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio, da Universidade Federal da Paraíba, órgão vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa. A escolha recaiu entre 20 entidades, das quais apenas 4 foram selecionadas: Centro Cultural Ariano Suassuna, Por do Sol das Letras, Livraria do Luiz e Academia de Cordel do Vale do Paraíba.



Comunicação contínua e efetiva com a sociedade

Compete à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas da Paraíba desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCE-PB. A Ascom, subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCE e iniciativas institucionais.

No biênio 2019/2020, diferentes formas de comunicação foram utilizadas pela Ascom para suprir as mais variadas necessidades de informações de seus diferentes públicos: jurisdicionados, servidores e público externo do Tribunal.

No ano de 2020, a Ascom do TCE-PB teve seus desafios. Com a pandemia da Covid-19, o Tribunal de Contas precisou se adaptar em uma nova realidade. E a Comunicação não perdeu um só dia para se adequar esse novo momento sem abrir mão de suas metas e da transparência da informação responsável.

No período, a coordenação da Ascom participou ativamente, por meio de reuniões por videoconferência, das reuniões com todos os setores do TCE e das coberturas das sessões do Pleno e Câmaras para produção de matérias jornalísticas. A equipe passou a atuar em *home office*. Foi mantida a atuação diária de *follow* da equipe, com avaliação das rotinas, controle de produção e definição de prioridades do dia. Durante este período serviu para solidificar ainda mais o relacionamento construído com a imprensa. Contatos foram mantidos por email, grupos de WhatsApp, telefones, aplicativos e redes sociais.

TCE-PB no Youtube está entre os dez mais acessados canais dos Tribunais de Contas do país e o 1º do nordeste

O canal do YouTube (TV TCE-PB) é o primeiro mais acessado entre os canais dos TCs, nessa plataforma, na região Nordeste.



O TCE-PB, por meio da Ascom, realizou uma pesquisa, em 26 de maio de 2020, sobre o ranking dos canais no YouTube dos 33 Tribunais de Contas do país. O TCE da Paraíba está em 7º lugar. Em primeiro lugar aparece o TCE-MT, seguido do TCE-SP. Em terceiro, TCE-PR; e, em quarto, o TCE-GO. O de Tocantins está na quinta colocação e o TCE-MG, em sexta. O TCE da Paraíba vem logo em seguida, levando-se em conta a quantidade de visualizações, ficando na frente dos Tribunais de Alagoas (em 8º), de Santa Catarina (em 9º) e do TCE do Rio de Janeiro (10º).

A pesquisa, segundo a coordenadora de Comunicação do TCE da Paraíba, jornalista Fábيا Carolino, foi feita com base nos dados do YouTube Analytics, de onde se extraiu um resumo do nível de desempenho dos 33 canais de Tribunais de Contas do Brasil existentes na plataforma. O relatório fornece o desempenho de todos os vídeos publicados pelos Tribunais e tem o objetivo de melhorar a estratégia de divulgação, mostrando dados de visualizações e acessos dos vídeos.

TCE-PB representou Nordeste no Comitê de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas do Brasil

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por meio da coordenação da Assessoria de Comunicação, integrou a segunda composição do Comitê de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas, representando a Região Nordeste, de setembro a dezembro de 2020.

Os jornalistas do Comitê, por região, foram os seguintes: Nordeste – Fábيا Carolino (TCE-PB); Norte – Dhenia Gerhardt - (TCE-TO); Centro-Oeste – Heloísa Rodrigues de Lima (TCE-GO); Sudeste – Laércio Bispo dos Santos Júnior - (TCE-SP); e Sul – Rafael Martini - (TCE-SC). Cada um dos indicados representou as Assessorias de Comunicação dos Estados integrantes de cada região e ficou encarregada de plano de trabalho conjunto, a partir da identificação de boas práticas de Controle Externo, desenvolvidas nos Tribunais de Contas, para unificação de informações.



A coordenação do Comitê está a cargo do jornalista Marco Antônio Sabino; a supervisão, do conselheiro Cezar Miola (TCE-RS); com o apoio da assessora de imprensa da Atricon, Ridismar de Moraes. Também a jornalista Priscila Pinto Oliveira, Assessoria de Gabinete do Conselheiro Cezar Miola e do CTE-IRB; Analista de Controle Externo Crislayne Cavalcante de Moraes, Coordenadora do Instituto Rui Barbosa - IRB Contas.

Lançamento do e-Book

Em 17 de agosto de 2020, o Tribunal de Contas do Estado do Estado da Paraíba retornou suas atividades presenciais de forma gradual e sistematizada, com regime de trabalho misto, presencial e remoto, em razão da pandemia da covid-19.

O plano de retomada das atividades deu-se por meio de Portaria nº 077, de 23 de julho de 2020, assinada pelo presidente do TCE-PB, conselheiro Arnóbio Alves Viana.

Baseado nas medidas da Portaria, a coordenadoria da Ascom elaborou um e-book com orientações para serem adotadas no retorno gradual das atividades. “A idéia do ebook foi levar de forma simples, prática e objetiva algumas orientações dos procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação da Covid-19, para que servidores e colaboradores retornassem suas atividades com segurança”, pontuou Fábica Carolino, coordenadora da Assessoria de Comunicação do TCE-PB.

O material é disponibilizado em formato PDF, no Portal do TCE-PB.



Quadro com os dados quantitativos da produção de conteúdo de comunicação no biênio 2019/2020

Comunicação em números Biênio 2019/2020

| | | |
|--------|-------|---|
| 403 | 306 | Matérias Publicadas no Portal |
| 208 | 25 | Matérias Publicadas na Intranet (Portal Interno) |
| 12.711 | 9.545 | Índice de Matérias Publicadas na Mídia (espontânea) |
| 996 | 297 | Publicações nas Redes Sociais |
| 161 | 9 | Coberturas de Eventos Internos e Externos |
| 177 | 146 | Transmissões de Eventos pela TV-TCE |
| 321 | 403 | Atendimento à Imprensa |
| 197 | 77 | Criação Produção e Artes - Tv Mural |
| 10.054 | 1.101 | Fotos |
| 31 | 48 | Informativo Semanal Digital |



Espaço Cidadania Digital

Espaço fundamental no fomento ao controle social e na capacitação de gestores

O Espaço Cidadania Digital (ECD) do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) foi concebido como um lugar para o desenvolvimento de ideias e experimentos em favor do controle social dos gastos públicos. E no biênio 2019/2020 ele consolidou sua vocação como ferramenta para aproximar a sociedade da efetiva fiscalização dos recursos públicos, além de exercer papel fundamental na orientação aos administradores públicos sobre as melhores práticas de gestão.

A estrutura moderna do ECD possibilita aos visitantes terem acesso, em um só lugar, a todas as ferramentas tecnológicas desenvolvidas pelo TCE em prol do controle e da governança pública. Sagres 50.0, painéis como o IDGPB, de medicamentos, combustíveis, de preços públicos, a robô Turmalina, o novíssimo Preço de Referência, entre outros, estão disponíveis para que a sociedade em geral conheça seus benefícios para o efetivo controle e gestão do dinheiro público.



A versatilidade do ECD permitiu que diversos tipos de eventos e reuniões acontecessem em suas instalações durante a gestão. Sob coordenação do auditor de contas públicas André Agra, lá foram realizadas capacitações de gestores e servidores públicos nas ferramentas digitais para o controle social, eventos oficiais para apresentação de novas ferramentas desenvolvidas pelo Tribunal, workshops, assinaturas de convênios, recepção de estudantes e comunidade acadêmica para intercâmbio de conhecimento, realização de palestras, debates presenciais e por videoconferência, entre outros.

1.400 Visitantes oficiais em 2019

Só em 2019, o Espaço recebeu cerca de 1.400 visitantes oficiais. Em 2020 o ECD ficou fechado na maior parte do ano, seguindo os protocolos de segurança e prevenção por conta da pandemia causada pelo coronavírus. Mas durante o primeiro trimestre sediou eventos como o “TCEtalk Saúde 4.0 – Tecnologias Inovadoras Aplicadas à Saúde Pública” e apresentações do Programa DECIDE a prefeitos e vereadores de municípios do sertão do Estado.

Além disso, já durante a pandemia, a expertise tecnológica desenvolvida no âmbito do Espaço Cidadania Digital, permitiu ao TCE-PB participar do desenvolvimento de um sistema de gestão de dados para monitorar, em tempo real, o cumprimento do isolamento domiciliar de pessoas com resultado positivo e dos casos suspeitos de Covid-19, em parceria com a Prefeitura de Campina Grande.



Webcongresso

TCE-PB e IDASAN reúnem grandes nomes do direito brasileiro no 1º Webcongresso Paraibano de Direito Administrativo Sancionador

Nos dias 21, 23 e 25 de setembro de 2020 o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) e o Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN) realizaram, por meio de videoconferência, o “1º Webcongresso Paraibano de Direito Administrativo Sancionador”. O evento foi totalmente virtual e gratuito com transmissão ao vivo pela TV TCE-PB (canal noYouTube) e Portal do TCE.

Discutir questões do Direito Administrativo é mergulhar no oceano das aspirações populares. Esse ramo do direito é uma “espécie de óleo lubrificante da máquina estatal, no atendimento às necessidades coletivas”. Disse o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Arnóbio Alves Viana, ao abrir o Webcongresso.

Nos três dias de debates, divididos em doze painéis, renomados palestrantes e os mediadores do TCE-PB discutiram temas como, os desafios do direito administrativo em tempos de pandemia, responsabilização por atos de improbidade administrativa, os Tribunais de Contas e o direito administrativo sancionador, compliance e administração pública e o direito administrativo no pós-Covid-19.

Ressalta-se a importância da iniciativa do TCE-PB e do IDASAN de promover este evento em momento tão significativo, de grandes e novos desafios para o direito administrativo e para a gestão pública como um todo, durante a crise na saúde pública causada pela pandemia.

O webcongresso foi voltado, principalmente, a acadêmicos, gestores e profissionais com interesse nas áreas do Direito Administrativo, Direito Municipal, Gestão Pública, Direito Constitucional e Ciência Política, e teve sua comissão científica e coordenação formada pelos advogados José Roberto Pimenta Oliveira (IDASAN), Geilson Salomão (IDASAN), Eugênio Nóbrega (TCE-PB) e Carlos Pessoa de Aquino (ECOSIL/TCE-PB).

O time de palestrantes foi formado pela procuradora do Estado do Rio de Janeiro, a advogada Alice Voronoff, doutora e Mestre em Direito Público pela UERJ; o professor da PUC/SP, André Luís Freire, doutor em Filosofia do Direito pela Universidade de Virgínia e doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; o promotor de Justiça no Rio Grande do Sul, Luciano Brasil, doutor em Filosofia pela PUC/RS; o professor Gabriel Chagas, mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP e Especialista em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) e a promotora de Justiça na Bahia, a professora Rita Tourinho, Mestre em Direito Público pela UFPE.



Também, o Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, professor Rafael Maffini, mestre e doutor em Direito pela UFRGS; a professora Irene Nohara, doutora e mestre em Direito Administrativo pela USP; a advogada Ana Júlia Andrade, mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; o ex-conselheiro do TCE/RS, professor Pedro Henrique Poli de Figueiredo, mestre e doutor em Direito pela UFRGS, e a professora do Departamento de Direito Público da UFCE, Lígia Maria Silva Melo de Casimiro, doutora em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUC/PR.

TCE fortalece controle externo ao compartilhar experiências e ferramentas em eventos nacionais e internacionais

Representado ora por seu presidente, e vezes pelos demais conselheiros e/ou auditores e técnicos, o Tribunal de Contas da Paraíba participou durante biênio 2019/2020 de diversos fóruns, grupos de trabalho, seminários e congressos destinados ao debate em torno de estratégias e iniciativas de ampliação e fortalecimento do controle externo.



Num desses eventos - **O 3º FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE** - o presidente da Corte, conselheiro Arnóbio Viana, reforçou o papel de vanguarda do TCE paraibano no exercício do controle externo e apresentou três das novas ferramentas de inovações tecnológicas desenvolvidas pela Corte: 'Preço da Hora', 'Preços de Referência', e 'Pregão Automático'. O auditor de contas públicas Aguinaldo Macedo, gestor das ferramentas, acompanhou o conselheiro na apresentação.

O fórum aconteceu no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília (DF), dias 28 e 29 de novembro de 2019.

FÓRUM DE COOPERAÇÃO DA STN - Designados pelo conselheiro presidente Arnóbio Viana, o conselheiro Marcos Antônio da Costa (in memoriam), o auditor Josediton Alves Diniz e o técnico de contas públicas Marcos Uchoa de Medeiros, representaram o Tribunal de Contas da Paraíba nas discussões do I Fórum do Acordo de Cooperação Técnica da Secretaria do Tesouro Nacional com as Cortes de Contas do país.

O evento, realizado dias 6 e 7/02/2019, em Brasília, objetivou a criação de consenso entre Estados e Municípios para padronização dos procedimentos de fiscalização e contabilidade nestes entes federativos.



REUNIÃO DO CONSELHO DE PRESIDENTES - Ao lado do conselheiro Fábio Nogueira, presidente da Atricon, o conselheiro Arnóbio Viana participou da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas/2020, em 6 de fevereiro, em Brasília.

Da pauta constaram, entre outros temas, 'A Reforma da Previdência nos municípios'; 'Governança Pública'; 'Repercussão às Normas de Direito Brasileiro'; além de exposição, a cargo do conselheiro Fábio Nogueira, acerca da 'Estratégia de Comunicação e Imagem dos Tribunais de Contas'.

A reunião aconteceu após a posse conjunta dos novos dirigentes do próprio CNPTC, conselheiro Joaquim de Castro; da Atricon, Fábio Nogueira; do IRB, Ivan Bonilha; e da Abracom, conselheiro Thiers Montebello.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE TRIBUNAIS- O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, Arnóbio Viana, participou do I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. Realizado de 11 a 14/11/2019, em Foz do Iguaçu (PR), o evento debateu o Controle Externo Contemporâneo, com propostas para a modernização e a concomitância dos procedimentos de auditoria.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Jurista e Magistrado
Presidente do STF
(Supremo Tribunal Federal)



A conferência de abertura, proferida pelo ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, tornou-se uma mesa de discussões com a participação dos presidentes da Atricon, Fábio Nogueira, e do TCU, ministro José Mucio, acerca do papel do Controle Externo no Estado Democrático de Direito.

Entre muitos outros eventos e fóruns de destaque na área de controle nos quais o TCE se fez presente estão:

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CUSTOS, GOVERNANÇA E AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO

- Evento promovido pela Universidade de Brasília, em outubro/2019, durante o qual o presidente do TCE-PB, Arnóbio Viana, apresentou o Programa de Defesa do Estatuto da Cidade (Decide). Uma iniciativa reconhecida, um ano após essa apresentação, com o prêmio nacional “Líderes e Exponentes da Governança”, concedido pela UNB.



FÓRUM INTERNACIONAL DE AUDITORES

- Realizado de 11 a 22/03/2019, em Taipei, capital de Taiwan. Por delegação do conselheiro presidente Arnóbio Viana, o auditor de contas públicas, André Agra, apresentou no evento a ferramenta ‘Turmalina’ – o “robô fiscal” que se utiliza de Inteligência Artificial para analisar cada um dos Portais de Transparência dos órgãos e entidades públicas, sob jurisdição do TCE.





DESTRAVA

Programa integrado para retomada de obras



LANÇAMENTO DO PROGRAMA DESTRAVA BRASIL- O TCE-PB se fez presente, por meio de seu conselheiro e presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Nogueira, ao lançamento do programa Destrava Brasil, durante evento em Goiânia (GO), em 17/02/2020.

O Programa Integrado para Retomada de Obras – assim denominado – é iniciativa do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, que conta com a cooperação da Atricon e do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de retomar obras paralisadas no Brasil.

Após levantamento realizado entre 15 de fevereiro e 15 de março de 2019, os Tribunais de Contas do Brasil detectaram 2.555 obras (paralisadas ou suspensas), com valores contratados que atingem a cifra de R\$ 89.559.633.165,90. Nesse montante, foram identificadas 543 obras de creches e escolas paralisadas em todo o país, com financiamentos públicos que superam, somente nesses casos, a cifra de R\$ 3,6 bilhões.

TREINAMENTO E APLICAÇÃO DO MMD-TC - O conselheiro Fernando Catão, representando o Tribunal de Contas da Paraíba, participou em 10/06/2019, na Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, do primeiro dia de treinamento das Comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade, na terceira edição do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC).

Durante o biênio, o conselheiro Fernando Catão participou de várias outras reuniões, grupos de discussão e atividades relativas a aplicação do MMD noutros Tribunais, a exemplo do TCE-TO, TCE-DF.



Eventos pela qualificação e melhoria da gestão pública

Seminários, palestras e cursos realizados no TCE disseminam boas práticas de gestão ao reunir servidores, cidadãos e especialistas

No biênio que se encerra, o TCE promoveu, foi parceiro de realização e/ou sediou em suas instalações dezenas de eventos. Seminários e conferências, cursos, capacitações, e palestras de interesse de seus servidores, dos agentes públicos e gestores, e da sociedade de forma geral.

Eventos que contribuíram, ao fim de cada debate, com propostas de melhoria da gestão pública e da prestação de serviços à população, além do fortalecimento do controle, da transparência na aplicação dos recursos públicos, e da disseminação de boas práticas na administração pública.

Pelo seu Centro Cultural Ariano Suassuna, pelo Espaço Cidadania Digital, pela Escola de Contas, e pelo auditório ministro João Agripino, o público interno e externo compartilhou conhecimento e experiências com especialistas das mais diversas áreas. Desde o Direito e Contabilidade, à Previdência, Educação e Saúde, Meio Ambiente, Desenvolvimento Pessoal e Profissional, Controle Externo e Social, às Novas Tecnologias e AI (Inteligência Artificial), entre tantas outras.

Eis alguns desses eventos:

TCE TALK/SAÚDE 4.0 - Especialistas das áreas de tecnologia, saúde e gestão debateram o presente e o futuro na gestão da saúde pública, na primeira edição do TCE Talk, realizada em 13/2/2020, no Espaço Cidadania Digital (ECD). Em torno do tema central 'Saúde 4.0 - Tecnologias inovadoras aplicadas à saúde pública', eles discutiram formas de racionalizar os tratamentos, aumentar eficiência e reduzir custos por meio do uso de inovações ligadas à inteligência artificial e ferramentas tecnológicas inovadoras em 3D.





SEMINÁRIO A AUDITORIA NA ERA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - inovação, desafios e oportunidades,

realizado em 3/5/2019 por ocasião das comemorações alusivas ao Dia Nacional do Controle Externo, que transcorre em 27 de abril. “Sem o trabalho dos auditores, não haveria combate à corrupção. Eles formam a coluna vertebral do controle externo”. Observou, na abertura do evento, o presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arnóbio Viana, quando defendeu que, pela formação multidisciplinar em ciências contábeis, jurídicas e econômicas, os auditores “são essenciais na busca permanente pela correta aplicação dos recursos públicos”.

“Sem o trabalho dos auditores, não haveria combate à corrupção. Eles formam a coluna vertebral do controle externo”

Arnóbio Viana Conselheiro Presidente

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E 5G - Realizada no dia 22/11/2019 com o Doutor em Cirurgia Bucomaxilofacial, Rafael Gempel, demonstrou como a aquisição de imagens e impressão de equipamentos em 3D podem otimizar tratamentos, diminuir riscos, tempo de cirurgias, auxiliar estudos, e gerar economia para os entes públicos.

Já Thaís Gaudêncio, doutora em Ciências da Computação e pesquisadora do Laboratório ARIA (Artificial Intelligence Applications) da UFPB, apresentou diversos casos de sucesso de ferramentas desenvolvidas na Paraíba, e que ampliam ainda mais a busca soluções tecnológicas visando à melhoria da gestão pública e do atendimento à população.



Palestra realizada em 04/10/2019, sobre sobrepeso e obesidade - a cargo da nutricionista Renata Mesquita e da endocrinologista Gizzele Barcello, numa iniciativa do Serviço Médico do TCE-PB e do Centro Cultural Ariano Suassuna - CCAS. O problema afeta a qualidade de vida, com conseqüências e predisposição a doenças como diabetes, cardiovasculares, gordura no fígado e até alguns tipos de câncer, observou o médico Paulo Fernandes, do Setor Médico do TCE, que ao lado do Dr. Anderson Soares, alertaram também para a relevância do problema do alto índice de brasileiros acometidos com sobrepeso e obesidade.

3ª SEMANA NACIONAL DE ARQUIVOS - Acadêmicos, estudantes, servidores e profissionais da área debateram, em 06/06/2019, durante a 3ª edição da 'Semana Nacional de Arquivos', sobre a importância da memória pública para a transparência e o exercício da cidadania. A iniciativa do Arquivo Nacional (AN) e da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), ocorre sempre em próximo ao Dia Internacional dos Arquivos, comemorado em 09 de junho.

Na Paraíba, o evento aconteceu no Tribunal de Contas do Estado foi aberto pela Procuradora do Ministério Público de Contas Sheyla Barreto, que coordena a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Tribunal.



EXPOSIÇÃO PELA PROFESSORA DULCE NASCIMENTO - mestre em Direito e especialista em Mediação - sobre o tema "Novos caminhos para a Solução de Conflitos no Setor Público". No evento, realizado em 16/08/2019, o conselheiro coordenador da Ecosil, Fernando Catão defendeu a necessidade de o controle externo "aprofundar as discussões a respeito dos conflitos do setor público, adotando meios consensuais para as soluções". A mediação de palestra foi feita pelo secretário geral da Escola de Contas Otacílio Silveira, Carlos Pessoa de Aquino.



TCE e Conselho de Economia abrem programação de um ano de homenagens ao economista Celso Furtado

O Tribunal de Contas da Paraíba e o Conselho Regional de Economia (Corecon-PB) uniram-se às homenagens ao paraibano Celso Furtado, um dos maiores economistas do país, que completaria 100 anos em 26 de julho de 2020. O primeiro evento, de uma programação de atividades prevista para durar até o seu centenário de nascimento, foi realizado no auditório que leva seu nome, no Centro Cultural Ariano Suassuna, pertencente ao TCE.



A abertura da programação deu-se em 26/07/2019, com pronunciamento do Diretor Geral e conselheiro aposentado do TCE-PB, Umberto Porto, sobre o legado de Celso Furtado ao país. Mais especialmente sua contribuição ao crescimento do Nordeste com a criação da SUDENE, bem como ao desenvolvimento dos países latino americanos, no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pela ONU em 1948.

Houve palestra sobre o tema “A Economia Brasileira atual, desafios e perspectivas: uma reflexão à luz do pensamento de Celso Furtado”, proferida por Antônio Corrêa Lacerda, economista e vice-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Mesa redonda sobre o homenageado fechou o evento, com participação, nos debates, do economista Marcos Formiga, ex-superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Juarez Farias, conselheiro aposentado do TCE-PB e ex-secretário de planejamento do Estado, Sofia Furtado, socióloga e neta do homenageado, Polyana Dutra, Deputada Estadual e Evaldo Gomes, ex-deputado federal.

TCE empossa novo conselheiro Antônio Gomes Vieira Filho

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, reunido no Plenário Ministro João Agripino, em sessão extraordinária, na manhã da quarta-feira (11/12/19), sob a presidência do conselheiro Arnóbio Alves Viana, empossou o conselheiro substituto Antônio Gomes Vieira Filho no cargo de conselheiro titular da Corte, em vaga aberta com o falecimento do conselheiro Marcos Antônio da Costa, ocorrido no dia 9 de agosto do mesmo ano. Na sessão também foram empossados os novos dirigentes do Ministério Público de Contas.



A sessão solene foi aberta com a apresentação do Hino Nacional pelo Coral do TCE e prestigiada por autoridades do Legislativo, Executivo e Judiciário. Os conselheiros Fábio Nogueira e Nominando Diniz iniciaram o rito solene ao conduzir o novo membro da Corte ao plenário para o compromisso regimental de posse. Coube ao conselheiro Arthur Cunha Lima fazer a saudação em nome da Corte

Em sua fala, Cunha Lima destacou a experiência administrativa do recém empossado, por seus mais de 40 anos de atuação no serviço público, com passagens, entre outros, pelo antigo banco estatal Paraiban – onde foi de contínuo a Diretor Financeiro – e pela assessoria da presidência da Companhia Estadual de Habitação Popular – Cehap. Além de detentor de “um invejável currículo acadêmico/profissional” e “uma história de vida admirável”, disse ele.

Em pronunciamento, emocionado, ele dedicou a sessão solene de posse à memória dos conselheiros Marcos Antônio da Costa, José Marques Mariz e Milton Gomes de Sousa. E fez questão de agradecer, com citações nominiais, o apoio recebido, ao longo da vida, de colegas de trabalho por onde passou, de amigos de infância e adolescência, e dos familiares – presentes a mãe, Dona Marlene Vieira, e a irmã Maria de Guarabira Vieira.



Empossados os novos dirigentes do Ministério Público de Contas

PLENÁRIO
MINISTRO JOÃO ARAÚJO



Durante a sessão especial também foi empossado o procurador Manoel Antônio dos Santos, que assumiu a chefia do Ministério Público junto ao TCE-PB, no cargo de Procurador Geral. A procuradora Isabella Barbosa Marinho Falcão tomou posse na representação ministerial junto à 1ª Câmara Deliberativa. No cargo de subprocurador da 2ª Câmara tomou posse o procurador Marcílio Toscano Franca Filho.

O procurador Luciano Andrade Farias, ao se despedir do cargo, fez um resumo de seus dois anos à frente do Ministério Público de Contas e saudou o novo procurador-geral, destacando sua trajetória acadêmica experiência e os conhecimentos jurídicos do empossado, que antes de ingressar no MP/TCE em 2015 atuou como analista judiciário do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e depois como procurador do Estado de Pernambuco.

O novo procurador geral, disse que a condução do MPC é uma “missão desafiadora” e classificou de “fundamental” a atuação do Ministério Público junto ao TCE. Frisou que permanecerá aberto ao controle social, “feito pela própria população quando remete as diversas denúncias para o crivo do TCE-PB”.



“feito pela própria população quando remete as diversas denúncias para o crivo do TCE-PB”

Ele lembrou, a propósito, que desde 2015 constitui ato de improbidade administrativa o gestor deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. Daí que, segundo ele, para além do foco em indicadores de aplicações de recursos em educação e saúde, por exemplo, cabe ao MP zelar pela acessibilidade quando da análise das licitações envolvendo realização de obra.

“Todos nós, no futuro, seja enquanto enfermos ou idosos longevos, dependeremos de acessibilidade”, disse. Ao finalizar. O advogado Johnson Abrantes saudou os novos dirigentes do MPC, em nome da OAB-PB.

TCE-PB reforça seu papel na construção da cidadania

Durante todo o ano de 2019, e início de 2020, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba recebeu a visita técnica de estudantes universitários e alunos secundaristas, de diferentes municípios paraibanos, oferecendo a eles uma experiência completa sobre a atuação do Tribunal no controle externo e o papel deles como cidadãos no controle social.

As visitas técnicas são coordenadas pela Escola de Contas Otacílio da Silveira (ECOSIL), do TCE-PB, que no biênio 2019/2020 estreitou laços com as universidades locais e órgãos públicos,

Os discentes que estiveram no TCE tiveram a oportunidade de acompanhar julgamentos de prestação de contas municipais durante sessão do Tribunal Pleno, assistir palestras sobre a atuação do Tribunal e todas as ferramentas digitais desenvolvidas e disponibilizadas para a sociedade, além de conhecer a estrutura física do TCE e do Centro Cultural Ariano Suassuna.

TCE põe à disposição da Assembleia Legislativa os cursos da Ecosil

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arnóbio Viana, dispôs ao da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Adriano Galdino, durante visita em fevereiro de 2019, quaisquer dos cursos de aprimoramento de quadros funcionais ministrados pela Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil).

Durante visita o deputado Adriano Galdino se fez acompanhar de dois auxiliares, o consultor jurídico Newton Vita e o procurador da Assembleia Marcos Cavalcanti Filho.

A Ecosil tem sido um centro de aperfeiçoamento de quadros técnicos e administrativos estaduais e municipais. Alguns de seus cursos, ministrados em parceria com universidades, têm valor de pós-graduação.



Presidentes do TCE e do TJ estreitam a aproximação entre as duas casas

Os presidentes do Tribunal de Justiça, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos e do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arnóbio Viana, se reuniram em 18/02/2019 para fechar parcerias em troca de experiências.

“Estou impressionado com o desenvolvimento tecnológico do TCE, a quem pretendo recorrer para avanços nossos nessa área”, observou o desembargador Márcio Murilo.

Participaram os conselheiros Fernando Catão, Marcos Costa e Arthur Cunha Lima.

O presidente do TJ foi apresentado, na ocasião, a ferramentas de controle do TCE, uma delas atinente aos gastos com combustíveis por veículos e máquinas empregados nos setores da educação, da agricultura e da saúde, no âmbito do Estado e dos Municípios.



Pacto pelo controle interno dos municípios

O presidente do Tribunal de Contas da Paraíba, conselheiro Arnóbio Viana, acatou pedido do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco) para o acompanhamento de iniciativas pactuadas com as Prefeituras no sentido da implantação do Sistema de Controle Interno no âmbito de cada município.

“Entendo que o Controle Interno é um anjo da guarda do gestor público”, observou ele aos integrantes do Focco, organismo também composto pelo próprio Tribunal, durante visita ao TCE-PB em 26 de fevereiro de 2019.

Participaram, ainda, dos entendimentos com o conselheiro Arnóbio Viana os representantes do Ministério Público Federal (Sérgio Rodrigo de Castro Pinto), da CGU (Walber Silva), da CGE (Letácio Guedes) e da CGM (Regina dos Santos). A reunião completou-se com as presenças do diretor geral Umberto Porto e do representante do TCE no Focco Flávio Gondim Vital.



TCE recebe visita de representantes do TCU

O Tribunal de Contas da Paraíba vai ajudar o Tribunal de Contas da União em ações para a retomada de obras paradas e para cuja execução tenham sido destinadas verbas federais. O assunto foi discutido em setembro 2019, durante visita do secretário chefe do TCU na Paraíba Márcio Sueth ao presidente do TCE, conselheiro Arnóbio Viana

Acompanhado do auditor federal de Controle Externo Jocelino Júnior, o visitante foi informado não apenas do desejo dessa parceria, mas, ainda, do sistema de Auditoria Regionalizada que, já posto em prática no TCE, pode facilitar o trabalho de identificação das obras paradas em dez regiões do Estado.

“Beira os 50 por cento o volume de obras custeadas pelo Governo Federal sem continuidade na Paraíba”, contou Márcio Sueth. O propósito, é auxiliar gestores municipais e estaduais no prosseguimento de cada uma delas.



Favorável à proposta da parceria, o conselheiro Arnóbio Viana lembrou que algumas delas foram firmadas com o TCU desde 2007 quando presidia, pela primeira vez, o Tribunal de Contas do Estado.

Comitiva do TCM do Pará visita TCE-PB

O Tribunal de Contas da Paraíba recebeu durante três dias, em 11 setembro de 2019, uma equipe de servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará para conhecer o funcionamento de algumas áreas do TCE-PB e trocar informações de rotinas de trabalho nas auditorias.

A visita técnica foi solicitada pelo presidente do TCM/PA, conselheiro Sérgio Leão, que ressaltou o fato do TCE-PB ser uma das referências na área de tecnologia e ferramentas de controle de gestão.

O grupo do TCM-PA foi composto pelos técnicos de Controle Externo Rosemary Balduino Lopes, Helder Moraes, Felipe Sousa e Rogério Gomes.



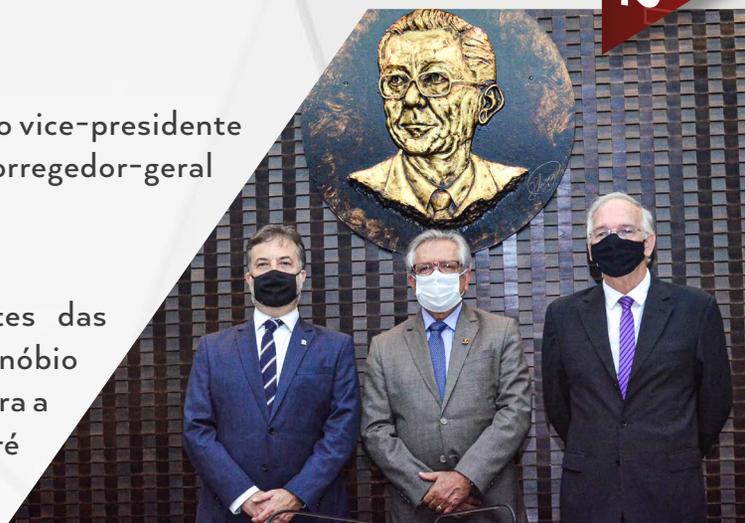
Tribunal de Contas da PB elege nova Mesa Diretora para o biênio 2021/2022

O colegiado do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), reunido na manhã do dia 17 de dezembro, no Plenário Ministro João Agripino Filho, durante sessão extraordinária do Tribunal Pleno, elegeu, por unanimidade, o conselheiro Fernando Rodrigues Catão para presidir as atividades da Corte de Contas paraibana para o biênio 2021/2022, em sucessão ao conselheiro Arnóbio Alves Viana, atual presidente.

Também por decisão unânime, foram eleitos o vice-presidente conselheiro Fábio Túlio Nogueira e o corregedor-geral conselheiro Antônio Gomes Vieira Filho.

Foram eleitos também os novos dirigentes das Câmaras Deliberativas. O conselheiro Arnóbio Viana assume a presidência da 1ª Câmara. Para a 2ª Câmara o escolhido foi o conselheiro André Carlo Torres Pontes. O novo Ouvidor do TCE será o conselheiro substituto Renato Sérgio Santiago Melo. A posse dos novos dirigentes da Corte de Contas deverá acontecer no próximo dia 13 de janeiro de 2021.

Após a eleição, o conselheiro Fernando Rodrigues Catão agradeceu a confiança de seus pares, comprometendo-se a realizar uma gestão de continuidade, priorizando a modernidade e os avanços conquistados pelo TCE ao longo dos anos, e frisou o momento de dificuldades que estamos atravessando com a pandemia do coronavírus. “Precisamos manter a unidade e a harmonia, pois cabe a todos os esforços para seguirmos em frente, avançando e superando os desafios” frisou ele.



Acordo com Banco do Brasil dá ao TCE acesso a contas correntes de programas de governo

Acordo de cooperação firmado em 14/08/19 com o Banco do Brasil permitiu ao Tribunal de Contas da Paraíba acesso às informações de movimentação, pelo Estado e pelos municípios, de contas correntes formadas com recursos de convênios, programas, acordos, e demais formas de parcerias.

Tanto as informações correspondentes a saldo e extrato das contas de convênios, ou de ações similares, quanto àquelas referentes às suas respectivas aplicações, compõem o leque de serviços permitidos pelo acordo TCE/BB, o que facilita a função constitucional do controle e da fiscalização própria da Corte.

Os acessos, por meio eletrônico ao Tribunal ocorrem, desde então, por meio do sistema “Gestão Ágil”, desenvolvido pelo Banco, permitindo consulta a documentos de despesa vinculados pelos titulares aos débitos das contas correntes específicas de repasses governamentais.

Entre as obrigações do TCE no acordo, está o compromisso de confidencialidade para a utilização das ferramentas tecnológicas disponibilizadas pelo Banco

Primeiro desse gênero já celebrado com uma Corte de Contas brasileira, o acordo foi assinado pelo presidente do TCE, conselheiro Arnóbio Viana, e do Diretor Nacional de Governo no Banco do Brasil Ênio Mathias Ferreira. Assinaram como testemunhas, o conselheiro André Carlo Torres Pontes (TCE-PB) e o gerente geral para o Setor Público do BB na Paraíba Thiago Augusto Dias Carvalho Braz.



Controle eletrônico de concursos

TCE estabelece determinações aos gestores sobre envio de dados de certames realizados e atos de admissão de aprovados

O Tribunal de Contas da Paraíba aprovou, na sessão plenária de 02/10/2019, Resolução Normativa determinando como deveriam, a partir de então, ser encaminhadas ao sistema eletrônico da Corte as informações e documentos de realização de concursos, e dos atos de admissão de pessoal decorrentes.

A RN TC 06/2019 estabeleceu, também, quais prazos devem ser cumpridos. Até três dias úteis da publicação do edital de abertura de qualquer certame, os gestores precisam enviar os dados e documentação referentes à criação da comissão organizadora do concurso, contratação da empresa realizadora, edital de abertura, cargos e vagas oferecidas. E a respectiva legislação de criação e/ou ampliação destes.

TCE-PB estende por dois anos a validade do concurso público de auditor e agente de documentação

O conselheiro presidente Arnóbio Viana decidiu prorrogar por dois anos o concurso realizado em 2018 pelo Tribunal de Contas da Paraíba. A prorrogação, em vigor desde 01/06/2020, foi formalizada mediante Portaria nº 066, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Corte

Homologado pelo Edital nº 12, de 14 de junho de 2018, o certame possibilitou a nomeação de 21 aprovados, sendo 16 auditores de contas públicas e cinco agentes de documentação.

As provas foram aplicadas em 13 e 14 de janeiro de 2018.

O concurso permitiu também ao TCE paraibano a formação de cadastro de reserva para os cargos de auditor de contas públicas e agente de documentação.

À época, concorreram exatos 16.860 interessados, sendo 6.768 inscritos para disputar as vagas no cargo de auditor, e 10.092 optaram por concorrer às vagas abertas para agente de documentação.

A responsabilidade do certame foi do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe).

TCE-PB e TCU acertam parceria para o aperfeiçoamento da administração pública

Os Tribunais de Contas da Paraíba e da União decidiram atuar conjuntamente em favor do aprimoramento das gestões dos organismos estaduais e municipais.

O encontro, do qual também participaram o conselheiro Fernando Catão, coordenador da Escola de Contas Otacílio Silveira (Ecosil), órgão do TCE, e a auditora de contas públicas Crystiane Pessoa, favoreceu entendimentos, entre outros, para atuação das duas Cortes em programas de orientação aos gestores públicos paraibanos.

“A ideia é a prevenção de males antes que eles aconteçam”, observou o representante do TCU. Ele fez ver que proposta semelhante também já é discutida com os demais TCs brasileiros. Os organismos públicos, desse modo, serão estimulados a implantar e fortalecer suas ouvidorias e órgãos de controle interno.

A ideia é ampliar a troca de informações entre o TCU e os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios existentes no País a fim de que a fiscalização de obras e atos públicos abranjam a aplicação simultânea de verbas federais, estaduais ou municipais, quando for o caso.

Os entendimentos para atuação das duas Cortes vão se materializar para além da gestão que se encerra em programas de orientação aos gestores públicos paraibanos.

TCE-PB atende consultas e normatiza aplicação de verbas de precatórios do fundo educacional pelos municípios

O Pleno do Tribunal de Contas da Paraíba aprovou, à unanimidade, 09/10/2019, Parecer Normativo acerca da aplicação dos recursos provenientes de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), recebidos por decisão judicial.

A normatização do tema pela Corte deu-se em resposta a consultas formuladas por prefeituras e pela Federação dos Municípios da Paraíba, nos autos do processo de relatoria do conselheiro Fernando Catão, sob nº 16033/19. E atendeu, também, a questionamentos acerca da efetuação de pagamentos de honorários advocatícios vinculados a recuperação de tais créditos, pelos municípios.

O parecer contém decisões do TCU e do Supremo Tribunal Federal, e nesse ponto específico, normatiza a questão nos seguintes termos: “Honorários advocatícios específicos à liberação destes valores não poderão ser pagos com recursos do Fundo, conforme decidido no Acórdão nº 1824/2017, proferido pelo Tribunal de Contas da União”.



A resolução pode ser acessada, na íntegra, no Diário Oficial Eletrônico do TCE-PB, do dia 09/10/2019. Ou pelo Qr Code ao lado.

O documento aborda ainda questões sobre os critérios para aplicação das verbas do FUNDEF, limites constitucionais e possibilidades de abonos.

Além da obrigatoriedade de vinculação dos recursos à função educação, mas sem restringi-la à educação básica, “em consonância com as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas Ações Cíveis Ordinárias ACO nº 648, 669, 660 e 700”.

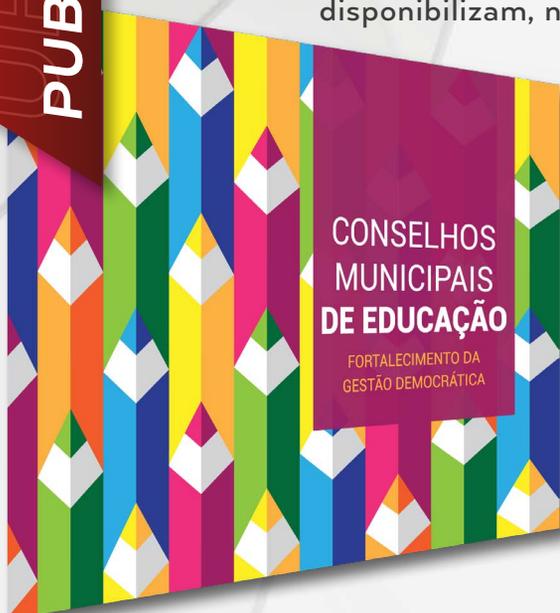
“Honorários advocatícios específicos à liberação destes valores não poderão ser pagos com recursos do Fundo”

TCE-PB e IRB disponibilizam cartilha para os conselhos municipais

Em uma iniciativa pedagógica e colaborativa, o Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, disponibilizam, no Portal do TCE-PB, cartilha com o tema “Conselhos Municipais de Educação – Fortalecimento da

Gestão Democrática” e um curso na modalidade EAD, destinados à capacitação dos Conselhos Municipais de Educação que integram as unidades jurisdicionadas da Corte de Contas.

A cartilha digital, elaborada pelo Comitê Técnico de Educação do IRB, aborda questões como a regulamentação das atividades dos conselhos de educação, a duração dos mandatos, o financiamento e custeio da educação, o monitoramento da busca ativa de crianças e jovens fora da escola e a transparência de ações de comunicação com a sociedade.



Cartilha para gestores em tempo de calamidade

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por meio da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil), devido à inédita crise sanitária e econômica gerada pela pandemia mundial do coronavírus (Covid-19), lançou, em 20 de abril de 2020, uma Cartilha com objetivo de prestar orientações aos gestores municipais relativo à execução orçamentária quando aprovado estado de calamidade pública no município.

Segundo o presidente do TCE-PB, conselheiro Arnóbio Viana, a edição e publicação do Manual de Orientação assinalam um dos papéis mais importantes da Corte de Contas. “Nossa missão constitucional exige o acompanhamento constante da gestão pública e a orientação às administrações. É natural que em momentos excepcionais muitas dúvidas surjam, momento em que o papel pedagógico dos Tribunais de Contas adquire maior importância”, destacou.

A cartilha tem autoria de Mateus Marques Vasconcelos Guimarães (Consultor Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALPB) e orientação do advogado Carlos Pessoa de Aquino (Secretário Geral da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira – ECOSIL). A supervisão geral cabe ao conselheiro Fernando Catão, coordenador da Ecosil.



Cartilha orienta prefeitos sobre proibições no ano eleitoral

Em ano eleitoral, o Tribunal de Contas do Estado atualizou, em 15 de maio, sua cartilha acerca das regras de final de mandato para os prefeitos e demais agentes públicos. A publicação pode ser acessada no portal do TCE (tce.pb.gov.br) e refere-se às eleições municipais de 2020, alertando os gestores acerca das proibições a serem observadas no ano eleitoral.

A cartilha detalha que no último ano de mandato, impõem-se restrições com vistas a evitar o mau uso de recursos públicos em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse da coletividade.



Orientações para transição de governo municipal e as obrigações junto à corte

Com o fim do processo eleitoral, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba disponibilizou em seu Portal o “Manual de Orientações aos Gestores Eleitos”, uma publicação que trata da transição do governo municipal e as principais obrigações junto ao TCE-PB

A publicação vai ao encontro de uma das competências da Corte de Contas, que é a de orientar os gestores públicos.



A versão atualizada do Manual apresenta ainda orientações sobre procedimentos a serem adotados acerca dos atos de transição de governo, no âmbito dos Poderes

Executivo e Legislativo Municipais, viabilizando um maior conhecimento da situação orçamentária, contábil, financeira e patrimonial.

Cartilha orienta advogados à prática jurídica junto TCE

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por meio da Escola de Contas Conselheiro Otacílio Silveira (Ecosil), lançou em 02/06/20 uma cartilha digital que reúne informações com objetivo de instruir e orientar advogados e estudiosos da área que desejam iniciar sua prática jurídica junto ao TCE-PB.

A publicação foi elaborada a partir da análise da Constituição Estadual de 1989, da Resolução Normativa TC 010/2010 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba) e Lei Complementar Estadual nº 18/93, 13 de julho de 1993, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado.



Homenagem à memória do Conselheiro Marcos Costa



“Eu penei, mas aqui cheguei”. Foi com esse refrão da canção “Pau de Arara” interpretada por Luiz Gonzaga, clássico da música popular brasileiro, um dos hinos do povo nordestino, que o grupo de forró, “Os Gonzagas”, saudou o conselheiro Marcos Antônio Costa - falecido em agosto de 2019, durante sessão especial realizada, em 11 de setembro/2019, pelo Tribunal de Contas do Estado. O evento iniciou com a apresentação de um vídeo institucional sobre a trajetória de vida do homenageado, produzido pela Assessoria de Comunicação do TCE.

A Corte de Contas presta, na oportunidade, homenagem ao conselheiro Marcos Costa, “homem íntegro, sereno, justo e de muitos amigos,” disse o conselheiro-presidente do TCE, Arnóbio Alves Viana, ao destacar as qualidades daquele que entre suas virtudes orgulhava-se do cargo que exercia no Tribunal de Contas e de sua origem sertaneja. Com a presença de familiares e amigos, as homenagens começaram com a fala do conselheiro Nominando Diniz Filho, em nome da Corte. Ele lembrou a trajetória de Marcos Costa, que ingressou no Tribunal de Contas pela porta do concurso público e ao longo de sua história sempre esteve presente em todos os momentos. “Quis o destino que sua missão fosse encerrada no plano de Deus”.



Coube ao conselheiro Juarez Farias, em nome dos aposentados, discorrer a respeito da passagem do homenageado. “Prata da casa, o conselheiro Marcos Costa foi brilhante em sua carreira técnica e funcional e será lembrado pela dedicação, dignidade e gosto pelo trabalho.”, frisou. Também prestaram homenagens ao conselheiro, a técnica de contas públicas Marilene de Sousa Rêgo e a sua sobrinha, a auditora Luisi Costa.



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Accesse a revista
no formato digital
com o QR



tcedaparaíba



TV TCE-PB



@tcepb



@tcepb



TCE-PB

Rua Professor Geraldo Von Sohsten, 147
Jaguaribe, João Pessoa/PB - CEP: 58.015-190
Telefone:(83) 3208.3300